



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

## SESSÃO SUPLEMENTAR

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE SETEMBRO DE 1978

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Alfredo Pinto da Silva

José Gonçalves Sapinho

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 18 horas e 5 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta de alguns requerimentos e foi autorizado o Sr. Deputado Domingos Abrantes (PCP) a prestar declarações no Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e L.P.

Foi lido um parecer e proposta de resolução, que foi aprovado, da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Emigração, de assentimento da Assembleia à próxima viagem oficial do Sr. Presidente da República à Bulgária, Roménia e Hungria.

**Ordem do dia.** — Concluiu-se a discussão do Programa do III Governo Constitucional, usando da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro — que encerrou o debate e respondeu, no fim, a um protesto do Sr. Deputado Freitas do Amaral (CDS) e também motivou protestos do Sr. Deputado Salgado Zenha (PS) e Carlos Brito (PCP) —, os Srs. Deputados Acácio Barreiros (UDP), Octávio Pato (PCP), Freitas do Amaral (CDS) — que originou um protesto do Sr. Deputado Carlos Brito (PCP), a que respondeu o Sr. Deputado Amaro da Costa (CDS) —, Sá Carneiro (PSD) e Mário Soares (PS).

Posta à votação a moção de rejeição apresentada pelo PS, foi a mesma aprovada por maioria, seguindo-se declarações de voto dos Srs. Deputados Acácio Barreiros (UDP), Jaime Serra (PCP), Oliveira Dias (CDS), Ângelo Correia (PSD) e Salgado Zenha (PS).

O Sr. Primeiro-Ministro usou também da palavra para protestar contra afirmações do Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) na sua declaração de voto, mas a palavra só lhe foi concedida depois de o Plenário deferir um recurso interposto pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso (Indep.) de decisão da Mesa em contrário, tendo em seguida contraprotestado o Sr. Deputado da UDP.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 24 horas.

**O Sr. Presidente:** — Vai proceder-se à chamada.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.

Agostinho Martins do Vale.

Albano Pereira da Cunha Pina.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Augusto M. da Silva Andrade.

Alberto Marques Antunes.

Alfredo Fernando de Carvalho.

Alfredo Pinto da Silva.

Álvaro Monteiro.

Amadeu da Silva Cruz.

António Alberto Monteiro de Aguiar.

António Barros dos Santos.

António Cândido Macedo.

António Carlos Ribeiro Campos.

António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.

António Fernandes da Fonseca.

António Fernando Marques Ribeiro Reis.

António Francisco Barroso de Sousa Gomes.

António Jorge Moreira Portugal.

António José Pinheiro Silva.

António José Sanches Esteves.

António Magalhães da Silva.

António Manuel Maldonado Gonçalha.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Armando F. C. Pereira Bacelar.

Armando dos Santos Lopes.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Carlos Manuel Natividade da C. Candal.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Dieter Dellinger.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves H. Mendes.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Florêncio Quintas Matias.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco António Marques Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Jerónimo da Silva Pereira.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 José M. de Albuquerque de A. Leitão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.

Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
  
**Partido Social-Democrata (PSD)**  
 Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Américo de Sequeira.  
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 Antídio das Neves Costa.  
 António Augusto Gonçalves.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António José dos Santos M. da Silva.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 António Manuel Barata Portugal.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Armando António Correia.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Cirilo Oliveira Marinho.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João José dos Santos Rocha.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Augusto de A. de Oliveira Baptista.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel M. Sampaio Pimentel.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Manuel Henriques Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Élia Brito Câmara.  
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.

Olívio da Silva França.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Simões da Costa.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Morais.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 João Lopes Porto.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Cunha Simões.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro de Castro.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Sampaio.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Rui Garcia de Oliveira.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.  
 Victor António Nunes de Sá Machado.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Jusarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 António Pedro Valverde Martins.  
 Cândido de Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Diamantino José Dias.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Joaquim Gomes dos Santos.

Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Manuela Fernanda M. dos Santos Nunes.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

#### Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.  
 António Miguel Moraes Barreto.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
 José Manuel Medeiros Ferreira.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 245  
 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.  
*Eram 18 horas e 5 minutos.*

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Foi apresentado na última sessão pelos Srs. Deputados Magalhães Mota e Bento Gonçalves um requerimento dirigido à Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Deu entrada na Mesa um pedido de autorização para que o Sr. Deputado Domingos Abrantes seja ouvido como declarante no Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, no próximo dia 18, pelas 9 horas e 30 minutos.

A Câmara tem alguma coisa a opor?

*Pausa.*

Como não tem, está concedida a autorização.  
 Encontra-se também na Mesa uma proposta e parecer da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Emigração sobre o pedido de autorização do Sr. Presidente da República para a sua viagem oficial à Bulgária, Roménia e Hungria, do seguinte teor:

#### COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EMIGRAÇÃO

##### Parecer e proposta de resolução

A Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração, da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem do Presidente da Repú-

blica em que solicita o assentimento para se deslocar, nos dia 8 a 16 do próximo mês de Outubro, à Bulgária, Roménia e Hungria em viagem de carácter oficial; apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à viagem oficial do Presidente da República à Bulgária, Roménia e Hungria, nos dias 8 a 16 do próximo mês de Outubro.

Palácio de S. Bento, 13 de Setembro de 1978. — O Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração, *Manuel Alegre*.

Há alguma oposição da Assembleia quanto a esta resolução?

*Pausa.*

Como não há, a autorização está concedida.

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Na continuação da discussão do Programa do III Governo Constitucional, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao encerrar o debate do Programa do III Governo, duas são as conclusões que dele ressaltam imediatamente. A primeira, é que o governo de Nobre da Costa não significaria uma nova vida para os Portugueses; pelo contrário, se passasse nesta Câmara, a sua governação iria agravar ainda mais a situação de quem trabalha. E isto é importante ser dito para que não ganhem corpo as infundadas esperanças que se tenta espalhar entre o povo. Aliás, foi o próprio Primeiro-Ministro Nobre da Costa quem logo disse que a política do seu governo seria no essencial igual à do Governo anterior.

Mas uma segunda conclusão importa tirar deste debate. O general Eanes disse várias vezes que não havia soluções fora dos partidos políticos e que depois da queda do I Governo Constitucional só seriam possíveis soluções maioritárias e estáveis. Nós não partilhamos desse ponto de vista, mas olhemos para as posições dos vários partidos com assento nesta Assembleia e logo veremos que essa fórmula maioritária estável defendida pelo Sr. Presidente da República nada tem a ver com o Governo que o Sr. Presidente nomeou.

Na verdade, até o PPD, que parece disposto a deixar passar o Governo, declara que não gosta dele. O CDS também não. O PS e o PCP não gostam do Governo. A UDP muito menos.

*Risos.*

Pelos vistos, o único que gosta do Governo é o Presidente da República. Se o I Governo era minoritário por só ser apoiado pelo PS, este III Governo é ainda muito mais minoritário, pois é apoiado apenas pelo general Ramalho Eanes e não tem, pelos vistos, qualquer apoio parlamentar.

É um Governo feito sem partidos e contra eles. É um Governo feito fora da Assembleia da República e contra a Assembleia da República. É a tentativa de materialização de um golpe constitucional.

Na sua última conferência de imprensa o general Ramalho Eanes declarou que o que é preciso introduzir na política nacional é a humildade. É uma intenção salutar. Por isso mesmo achamos que é de uma enorme falta de humildade que o Presidente da República tente impor ao País um governo com que, pelos vistos, só ele está de acordo.

Se esta Assembleia da República não tem sido capaz de corresponder ao mandato popular, a solução não está em governar contra ela, mas sim dissolvê-la, para que tenham lugar novas eleições. Governar contra a Assembleia, governar contra o voto popular, é o caminho da arbitrariedade, é o caminho do autoritarismo.

Foi esse, aliás, o caminho trilhado pelos militares que puseram fim à 1.ª República, também eles sob o pretexto de evitar os excessos do parlamentarismo, de sanear a vida financeira do País e de estabelecer a ordem, de fazer uma pausa na democracia, como se dizia na altura, para melhor defender a democracia. O resultado viu-se: quase cinquenta anos de ditadura que só pela força e por muito sacrifício conseguiu ser varrida do País.

Mas não há apenas o caminho que conduz à ditadura e a via que nos arrasta para governos que não correspondem ao desejo popular. Não é fatal que Portugal se mantenha nas mãos dos grandes senhores do mundo e que a verdadeira democracia seja apenas um sonho. No fundo, basta que, com vontade e determinação, lutemos pela liberdade e pela independência. Como dizia Almeida Garrett: «Um povo que persistentemente quer ser livre sempre o será; um povo que determinadamente não quer ser dominado jamais o é».

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Dir-se-á que este Governo não é imposto a esta Assembleia, tanto mais que se sujeita ao seu veredito. Mas em nada muda o carácter do Governo. Apenas significa que se chegou ao címulho de se pedir aos Deputados desta Assembleia que rasguem o seu mandato popular, que esqueçam a Constituição e deixem os assuntos do Governo nas mãos do general Ramalho Eanes.

Muitos portugueses perguntam, perplexos: Por que será que o general Ramalho Eanes se decidiu a atirar um governo contra a Assembleia da República?

Recordemos que em 1976 se fizeram duas eleições gerais no período de dois meses. Uma para a Assembleia da República e outra para a Presidência da República. Nas primeiras, a direita reaccionária foi claramente derrotada; nas segundas, conseguiu eleger o general Ramalho Eanes. A partir daí toda a direita, com destaque para Sá Carneiro, começou a falar na revisão da Constituição, na formação de um governo presidencialista. Assim, ao mesmo tempo que a direita pressionava o Governo PS, e tentava infiltrar-se nele, forçando-o a tomar medidas reaccionárias, aplaudia as medidas de direita e ao mesmo tempo começava a preparar um novo tipo de governo, mais decidido na aplicação do programa da

reacção e no esmagamento das conquistas de Abril, programas esses que tinham sido derrotados nas eleições para a Assembleia da República.

Diz o general Ramalho Eanes que o mal é o de os partidos não se entenderem. Engana-se o Sr. General, pois o mal não é esse. O povo sabe que o mal é que, tendo a maioria do povo votado pela Constituição, pela melhoria de vida de quem trabalha, se tem governado ao contrário e que quem trabalha está cada vez pior e que são os ricos que estão cada vez mais ricos.

Quando o primeiro governo de Mário Soares caiu, entre a pressão da direita<sup>o</sup> e o descontentamento popular, a conclusão a tirar não era a necessidade de alterar a fórmula do governo, mas sim a imperiosa necessidade de corresponder à vontade popular e alterar, isso sim, a política do Governo. Aliás, em relação ao primeiro governo do Dr. Mário Soares o que os trabalhadores protestavam não era contra a sua fórmula, mas sim, contra a sua política. A direita, que apoava essa política, é que protestava contra a fórmula para poder, ela, entrar para o Governo. E a conclusão que o Sr. Presidente da República tirou na altura não foi a dos trabalhadores, isto é, que a política estava mal. Tirou a conclusão que a direita tinha, isto é, o que estava mal era a fórmula, era preciso a direita ir para o Governo.

Mas, em vez disso, constitui-se o II Governo para continuar a política do I e com a agravante de incluir um partido de direita, o CDS.

Mais tarde, em Junho, o CDS exigiu mais lugares no Governo, exigiu o agravamento da política anterior. E o Governo caiu porque o PS não cedeu à chantagem. O que competia ao Presidente da República era concluir que a política do I e do II Governo estava errada e era preciso uma nova política. E como nesta Assembleia da República não era possível constituir um novo governo, com uma nova política, então era preciso recorrer às eleições gerais antecipadas.

**O Sr. Cunha Simões (CDS): — Olha para ele!**

**O Orador:** — Mas em vez disso o general Ramalho Eanes decidiu impor um governo para continuar a política dos anteriores, para que se continuasse a governar já não só contra os trabalhadores, mas mesmo contra os próprios partidos políticos. Isto é, se a direita reaccionária — o PPD e o CDS — não conseguia nesta Assembleia da República vergar ainda mais o PS e obrigá-lo a novas concessões, então o próprio Presidente se encarregaria disso, impondo um governo formado à revelia do voto popular. Esse é o governo de Nobre da Costa, formado por homens que não foram eleitos por ninguém e que só são conhecidos no Palácio de Belém.

É um governo que vem tentar aplicar as medidas do FMI, a subordinação à Europa, o pagamento de 150 milhões de contos de indemnizações aos grandes monopolistas, é um governo para acelerar os lucros dos capitalistas, continuando a fazer subir o custo de vida e congelando os salários. É, no fundo, o governo com o programa que o PPD e o CDS não conseguiram impor nas eleições de 1976, porque foram derrotados. E a verdade é que desde a primeira hora o CDS e o PPD apoiaram esta iniciativa de

Ramalho Eanes. E se hoje o CDS já recuou é porque verificou que diante do repúdio das forças democráticas não haverá capacidade para impor este Governo e levar à prática a sua política. É também por isto que o PPD, sem se opor a este Governo, também não o apoia directamente.

Mas esses são os problemas do CDS e do PPD, e quantos mais problemas tiverem o CDS e o PPD melhor para os trabalhadores.

#### *Risos do PSD e CDS.*

Pela nossa parte diremos que importa às forças democráticas tirar duas conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso governar com os trabalhadores e não com a direita, sob pena de ela ir ganhando força, ir aumentando as suas exigências e acabar por criar situações como a que hoje vivemos.

Em segundo lugar, é preciso dizer ao general Ramalho Eanes que a sua actuação perante a presente crise constitui uma autêntica fuga à Constituição, que, felizmente, foi denunciada, combatida e, pelo menos parcialmente, derrotada.

E dizemos isto com o mesmo âvontade de quem não só não votou em Ramalho Eanes como não está arrependido de o não ter feito.

É preciso rejeitar o governo de Nobre da Costa pelo seu programa e pela sua origem, isto é, por ter sido formado por Eanes e não por via democrática e, ainda por cima, por querer governar com o programa dos partidos que foram derrotados nas eleições para a Assembleia da República.

Mas ao rejeitar o governo de Nobre da Costa é preciso que as forças democráticas o façam para derrotar a direita e não para se aliarem a ela. É preciso dizer que, se se pôde chegar a uma situação destas, foi porque muito se tem governado contra o povo.

É preciso reconhecer que se hoje se pretende reduzir esta Assembleia a um mero órgão decorativo, é porque as leis e os governos que daqui saíram pouco ou nada fizeram por aqueles que trabalham e muito fizeram contra eles.

Derrotemos o governo de Eanes e Nobre da Costa em nome do 25 de Abril e da Constituição da República e de uma nova política.

Não nos esqueçamos de que a 1.ª República caiu porque também nela muito se governou contra o povo, porque não se tocou num só hectare de terra dos grandes latifundiários e se deixaram os grandes monopolistas enriquecer à vontade.

Os erros que levaram à queda da 1.ª República foram uma trajédia bem amarga para todo o povo. Mas repeti-los hoje não passará de uma perigosa comédia. E hoje estamos em melhores condições para vencer do que naquela altura. Porque temos um povo que ama a liberdade e não quer voltar para trás, porque temos uma Reforma Agrária nas mãos honradas dos trabalhadores, porque temos as nacionalizações, que enfraqueceram os principais inimigos do povo, os grandes monolistas, porque temos uma Constituição onde estão consignadas muitas das conquistas e direitos conseguidos após o 25 de Abril com a luta do povo português.

Derrotemos pois o governo de Nobre da Costa, não em nome da política dos anteriores governos, de que o povo justamente não gostou, mas em no-

me de uma nova política em favor de quem trabalha.

Por isso votaremos a favor da moção de rejeição do Partido Socialista, porque achamos positiva a sua reacção contra a manobra anticonstitucional que está em marcha. Mas não podemos deixar de dizer à direcção do PS que, se o sentido da vossa moção for derrubar o Governo para o substituir por outro de aliança com a direita, tal como foi o II Governo, então tereis a mais firme oposição da UDP. E isto porque, em primeiro lugar, um novo acordo com a direita só poderá gerar situações tão ou mais graves que esta. E, em segundo lugar, porque se o PS quisesse substituir este Governo por outro de aliança PS com a direita isso queria dizer que o PS era contra este Governo não por ele ser de direita, mas apenas por o PS não estar no Governo.

A UDP é contra o governo de Nobre da Costa precisamente porque não quer a direita no Poder.

A direcção do PCP dizemos que também votaremos a favor da vossa moção. Mas não podemos deixar de denunciar o carácter simbólico dessa moção. O PCP rejeita o Governo em palavras, mas na realidade não o quer derrubar, porque, ao dizer que apenas vota na sua moção, sugere claramente aos outros partidos para fazerem o mesmo, isto é, cada um vota só a sua própria moção e mais nenhuma.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se tal acontecer, se os outros partidos usarem o pretexto que o PCP lhes deu, nenhuma das moções será aprovada, porque nenhuma delas obterá a maioria necessária. E se o Governo passar no meio desta chuva de moções, então a Assembleia cairá no ridículo de a grande maioria dos Deputados serem contra o Governo e não serem capazes de o derrubar.

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apoiarmos todas as moções de rejeição ao governo de Nobre da Costa, a UDP assume plenamente as suas responsabilidades diante do povo. A derrota desta iniciativa de Ramalho Eanes abre aos trabalhadores e às forças democráticas a possibilidade de uma alternativa progressista.

Tal alternativa, tal como o conselho nacional da UDP já salientou em Julho, não poderá ser encontrada no quadro do actual Parlamento, porque muito se governou contra o povo, e por isso existe uma justificada desconfiança entre os trabalhadores quanto à possibilidade de esta Assembleia, na sua composição actual, conseguir encontrar uma alternativa viável. Além disso, quando o PPD e o CDS tentam dizer que o facto de terem sido derrotados nas eleições de 1976 já não quer dizer nada e que o povo, hoje, quer a direita no Poder, quando o próprio Presidente da República quer impor um governo por cima desta Assembleia, dando a entender que o povo considera inútil o seu voto de há dois anos, quando todos os saudosistas andam por aí a dizer que o povo está farto de política e não tardam muito a dizer que o povo está farto de democracia, quando tudo isto acontece, a única resposta das forças democráticas nas circunstâncias actuais só pode

ser: então vamos às urnas ver qual é a vontade do povo. Por isso a UDP defende eleições gerais antecipadas a serem realizadas assim que os cadernos eleitorais estejam prontos. Até lá que seja nomeado um governo de gestão que se demita mal estejam criadas as condições para a realização de eleições.

Na verdade, ao contrário do que a direita e o Presidente pretendem, as grandes manifestações populares do 1.º de Maio, as importantes lutas sindicais envolvendo mais de um milhão de trabalhadores contra a política de direita, tudo isso mostra um claro deslocamento dos trabalhadores para a esquerda.

E, finalmente, os profundos sentimentos democráticos do nosso povo são a prova clara de que umas novas eleições se traduziriam em mais uma derrota para a direita reaccionária. É claro que para esta derrota da direita seja efectiva há muito trabalho a fazer. É preciso mobilizar os trabalhadores a partir das suas reivindicações e da sua vontade de uma vida melhor, afirmar a vontade do movimento popular e a sua recusa em apoiar a direita, concretizar a decisão do movimento sindical de realizar uma jornada de luta nacional contra a reacção, contra a miséria, unir todos os antifascistas em torno de um programa mínimo por todos aceite.

É indispensável que as eleições sejam o culminar de um longo processo de esclarecimento, mobilização e organização popular. Assim, as eleições serão uma estrondosa vitória do povo e mais uma derrota para a direita.

Derrotemos, pois, o governo de Eanes e Nobre da Costa e vamos sem medo às urnas para levar por diante a Constituição e o socialismo.

**Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:** — Toda a imprensa reaccionária, os grupos fascizantes de pressão, certas figuras bem conhecidas do fascismo e, até, uma alta personalidade da Igreja, o arcebispo de Braga, que faz de cada sermão um comício (*risos*), têm procurado intimidar esta Assembleia e amedrontar as forças democráticas. «Que vem aí um Primeiro-Ministro militar», dizem, e alguns ameaçam mesmo com a possibilidade de um golpe de Estado. Certo semanário sugere mesmo que este Governo, apesar de demitido, se mantenha em funções nos próximos meses.

Não é a primeira vez que assistimos a estas campanhas de opinião pública, mas elas não nos intimidam, e, hoje como ontem, elas não surtirão efeito. Os nossos ideais não são de agora, mas, pelo contrário, foram sendo temperados na dura resistência contra o fascismo.

A liberdade não é para nós uma simples ideia, mas a nossa própria razão de ser.

*Risos do Sr. Deputado Ângelo Correia.*

Desiludam-se, pois, os saudosistas desesperados, os salazaristas encapotados. O povo sabe que esses senhores que hoje se querem erguer contra o povo e os democratas ainda um dia responderão por dez mil mortos e estropiados da guerra colonial, por todos e por cada um dos assassinados, por cada família destroçada pela ditadura fascista. O povo sabe que, afinal, se hoje erguem as suas vozes e ameaças é porque o 25 de Abril cometeu o erro de ter sido

demasiado benevolente para com os carrascos da liberdade.

Saberemos defender a liberdade e a democracia. Saberemos defender o 25 de Abril e tudo o que de bom ele trouxe ao povo. Com a força da unidade dos trabalhadores saberemos vencer mais esta crise e pôr de pé o Portugal que está na esperança e no coração de todo o povo, um Portugal digno do 25 de Abril, que seja o orgulho dos nossos filhos.

Em nome desse Portugal nós rejeitamos aqui e agora o governo de Nobre da Costa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Pato.

**O Sr. Octávio Pato (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao longo destes dias de debate, o Grupo Parlamentar Comunista teve ocasião de expor, de forma detalhada e fundamentada, a opinião do Partido Comunista Português sobre a composição e o programa do III Governo que se forma depois da entrada em vigor da Constituição da República.

Deixámos claro, e reafirmamo-lo nesta ocasião, que o PCP considera inaceitável para os trabalhadores e as massas populares o programa e a composição global do Governo; que o Programa do Governo define uma orientação exatamente contrária àquela que a solução dos problemas nacionais exige; que a sua composição — marcada pela presença de muitos elementos ligados ao grande capital e aos agrários e defensores dos seus interesses — não dará quaisquer garantias da realização de uma política inspirada nos valores e objectivos consagrados na Constituição.

**O Sr. Domingos Abrantes (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — As intervenções do Governo neste debate não atenuaram as reservas e apreensões que o PCP já tinha formulado, antes confirmaram plenamente o seu fundamento. Nomeadamente no que respeita à Reforma Agrária, a equipa do Ministério da Agricultura e Pescas exibiu perante esta Assembleia as claras intenções e interesses de classe que presidem à sua orientação; a sua disposição de ressuscitar na zona de intervenção da Reforma Agrária um clima de prepotência; a sua vontade de sacrificar o interesse nacional à satisfação das reclamações ilegítimas dos latifundiários; a sua obsessão de entregar as reservas e indemnizações aos agrários, enquanto se propõe manter indeterminadamente nas mãos de absentistas e parasitas 700 000 ha de terra expropriável.

Um tal Governo, com uma tal política e uma tal composição, não é a solução democrática que o País precisa, não corresponde às necessidades da hora presente, seria um factor considerável de agravamento dos problemas nacionais. Na base da sua apreciação autónoma e independente e com fundamentos que apresentou, o PCP rejeitará, por isso, o programa do Governo Nobre da Costa.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Durante a crise do Governo, o PCP pronunciou-se e lutou firmemente para que fossem

rigorosamente respeitadas as regras, mecanismos e trâmites constitucionais para a formação de um novo governo. Considerando que a fórmula do III Governo — sem base partidária, parlamentar ou eleitoral — não é constitucional, o PCP sublinha, no entanto, uma vez mais que a mesma se adapta mal ao desenho constitucional do sistema político português, pelo que só com carácter transitório e excepcional se poderá admitir.

Colocando estas reservas e críticas à fórmula do III Governo, o PCP determinou, no entanto, fundamentalmente a sua posição e o seu voto pela composição e pela política que o Governo se propõe realizar e pelas muito negativas consequências que para os interesses nacionais resultariam da sua aplicação.

Isto significa que enquanto o PPD não consegue esconder a sua satisfação pelas posições alcançadas, pela influência que exerce no Governo e pela possibilidade de ver realçada a sua política sem pagar directamente o inevitável preço político das suas consequências desastrosas . . .

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** . . . que enquanto o CDS carpia sobre a desproporção entre as suas enormes ambições e os resultados obtidos e procurava exigir o seu anticomunismo grosseiro e primário em menor denominador comum para ressuscitar coligações que, coerente com os seus princípios, oportunamente traiu . . .

**Uma voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . que enquanto o PS se acantava na crítica à «génese, metedoria e natureza» do actual Governo, não pondo em causa as linhas fundamentais da sua política e parecendo que apenas se considerava mais qualificado para a executar, o PCP, pelo contrário, procurou trazer a este debate parlamentar a real situação económica e social do País, os problemas cruciais que hoje afectam a vida dos Portugueses e o presente e o futuro de Portugal democrático.

*Aplausos do PCP.*

Procurou trazer a este debate o testemunho da experiência amarga que o povo trabalhador tem vindo a fazer da política que o PS conduziu, o CDS e o PPD exigiram, aplaudiram e apoiaram, e que o actual Governo confessa querer não só continuar, mas desenvolver.

**A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: De acordo com a decisão do seu comité central, o PCP, como é sabido, votará unicamente a sua própria moção de rejeição, que é a que corresponde nos seus fundamentos à análise que faz da crise, à apreciação que faz do Programa do Governo e às perspectivas de alternativa democrática que defende.

Para atalhar à calúnia, à intriga e à provocação dos que, sob a capa verbal do esquerdismo, gostariam de ver o grande partido da classe operária e

um grande partido democrático e nacional andar a reboque de análises que não são as suas . . .

*Risos do PS e PSD.*

. . . e de objectivos táticos que não subscreve, esclarecemos que não daremos o nosso voto à moção do CDS porque fazê-lo seria identificar o PCP com o partido que é o principal responsável pelo desencadeamento da actual crise governamental . . .

*Aplausos do PCP.*

. . . com o partido que pretende impor uma política ainda mais abertamente de direita e que fez aqui nesta Assembleia uma descabelada campanha anticomunista ao ponto de considerar não poder haver no Governo pessoas que considera mais à esquerda do PS . . .

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** . . . , e que também não votaremos favoravelmente a moção do PS porque isso seria confundir a nossa clara rejeição da composição e Programa do Governo com a atitude do PS que, absolvendo o CDS das suas responsabilidades, se contrapõe sobretudo ao Órgão de Soberania Presidente da República e à fórmula de Governo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao aproximar-se o momento da votação, o PCP considera ser seu dever assinalar: em primeiro lugar, que a rejeição do Programa do Governo torna obrigatório que a partir desse momento o Governo confine a sua acção aos limites da mera e exclusiva gestão dos negócios correntes, até à formação do novo governo, e em segundo lugar, que a não se verificar a rejeição, a simples constatação de que o Programa foi objecto de três moções de rejeição deveriam levar o Governo a tirar as necessárias ilações, nomeadamente assumindo voluntariamente as limitações que de tal circunstância deveriam resultar para o âmbito da sua acção.

Independentemente dos resultados da votação, o PCP sublinha que o mais importante, imperioso e urgente no momento actual é trabalhar activamente para encontrar uma alternativa democrática, que dê solução efectivamente democrática, a uma crise de governo que seguramente não terminará com a votação de hoje.

*Aplausos do PCP.*

Sob pena de novos equívocos, novos erros e de se expor a democracia portuguesa a perigos maiores do que os actuais, a construção de uma alternativa democrática exige uma acertada compreensão das principais origens desta crise de governo. Duas nos parecem essenciais:

a) O fracasso da política de recuperação capitalista e a ofensiva global da reacção contra o regime democrático em que se integra a operação de chantagem do CDS.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — b) A queda do II Governo, e também a do I, porque praticaram e seguiram uma política errada, nociva e desastrosa; porque a sua orientação se chocava abertamente com as novas realidades económicas e sociais do Portugal de Abril.

**A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . porque as suas medidas e decisões, ofendendo os interesses da maioria da população, não podiam encontrar apoio, não podiam suscitar entusiasmo, não podiam mobilizar energias e trabalho criador, não podiam inspirar confiança em parte decisiva da população laboriosa do País.

*Aplausos do PCP.*

No Portugal democrático dos nossos dias pode haver governos que publiquem decretos sobre decretos, façam planos e mais planos, esquemas e mais esquemas no remanço dos gabinetes; pode haver partidos que desligados das realidades congeminem fórmulas sobre fórmulas, pode haver políticos activamente debruçados sobre a maneira de dar uma nova fachada a uma mesma velha e fracassada política, mas nada disso altera duas realidades fundamentais que, em nossa opinião, é indispensável ter em conta. A primeira é a de que, por muito que isso seja doloroso, para alguns que perderam os seus privilégios imorais e viram liquidado o seu domínio tentacular e despótico sobre a economia e a vida nacional, a revolução portuguesa realizou profundas transformações democráticas que estão consagradas na Constituição e alteraram a natureza, os objectivos e as perspectivas do desenvolvimento do sistema económico português.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A segunda é a de que, no exercício dos direitos e liberdades consagrados na Constituição, os trabalhadores e todas as classes e camadas interessadas no progresso do País e na consolidação do regime democrático não prescindem de intervir com a sua opinião, com as suas propostas, com a sua vontade, com a sua experiência e capacidade na resolução dos problemas nacionais e na definição da política e do Governo do País.

*Aplausos do PCP.*

Estas duas realidades inseparáveis determinam que a solução dos problemas nacionais, a consolidação do regime democrático, o progresso e a prosperidade de Portugal, só serão possíveis desde que, em torno de uma política democrática, inspirada no respeito pelos ideais, valores e conquistas consagrados na Constituição, se realize a conjugação da acção governativa, com a acção enérgica, dinâmica e criadora do povo trabalhador.

**O Sr. António Zuzarte (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma alternativa democrática exige, por isso, não o prosseguimento da política desastrosa que a vida já derrotou e que o povo condena,

mas a sua urgente rectificação, a caminho de uma nova política que respeite as novas realidades económicas e sociais e possa contar com a adesão dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas, no quadro de um grande esforço patriótico para fazer Portugal sair da crise.

*Aplausos do PCP.*

**Uma voz do PSD:** — Já ouvimos isso . . .

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A abertura desta crise de governo e o seu desenvolvimento são inseparáveis da campanha de ataque das forças reaccionárias contra o regime e as instituições democráticas.

O objectivo da reacção era e continua a ser paralisar o funcionamento regular das instituições, criar um vazio de poder, demonstrar que não há saídas no quadro democrático, estimular a preparação de golpes, de pronunciamentos e intervenções autoritárias contra a legalidade constitucional. Desesperada com a presença ampla, combativa e responsável do movimento operário e popular na vida nacional, desesperada pela barreira oposta à política de recuperação capitalista, desesperada pela extrema vitalidade que as conquistas da revolução continuam a revelar não obstante três anos de ofensiva destruidora, a reacção procura, através de meios diversos e variados protagonistas minar a confiança do povo na solidez do regime democrático, acelerar a desestabilização económica, política, social e militar, para alcançar, por métodos ilegais e violentos, o que não têm conseguido no plano legal.

**A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — No âmbito desta operação global contra o regime democrático, ocupam lugar de relevo as pressões reaccionárias seja para uma revisão antecipada e ilegal da Constituição, seja para transformar o desrespeito da Constituição em prática governativa corrente, seja para propagandear, desde já, uma revisão da Constituição na II Legislatura, em termos e com objectivos inconstitucionais.

As forças da direita tudo fazem para instalar na vida nacional a convicção de que a salvação do País estaria na revisão constitucional. A avaliar pelo que escrevem e pelo que dizem os propagandistas da reacção, a revisão constitucional deixaria de ser uma faculdade conferida aos deputados da legislatura da Assembleia da República, que estes exerçerão de acordo com o mandato eleitoral que receberem, se houver dois terços para aprovar alterações, e no respeito pelos limites do artigo 290.º, para passar a ser uma obrigação imperativa, qualquer que seja a tática usada um mesmo objectivo aparece claro: utilizar a revisão constitucional, seja antes do prazo, seja no prazo legal, para uma prova de força contra o regime democrático nascido do 25 de Abril e para liquidar as conquistas democráticas do povo português.

*Aplausos do PCP.*

Há, no entanto, um aspecto em que significativamente só o PCP tem falado: o dos limites materiais

da revisão constitucional, os quais, nos termos do artigo 290.º da Constituição, não permitem tocar, entre outras, em matérias tão essenciais como as das liberdades, garantias e direitos dos cidadãos; o sistema de representação proporcional; os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais; a apropriação colectiva dos principais meios de produção; a eliminação dos monopólios e latifúndios.

**A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque o povo Português tem o direito de saber com o que pode contar, porque o silêncio em torno desta questão começa a ser altamente suspeito, o PCP declara solenemente perante esta Assembleia da República e perante o povo português que, pela sua parte, respeitará rigorosamente o artigo 290.º da Constituição no quadro da atitude de respeito integral por toda a Constituição que o PCP aqui definiu em 2 de Abril de 1976. O PCP convida as restantes forças políticas representadas nesta Assembleia da República a terem a coragem de assumir perante o País semelhante compromisso de honra.

*Aplausos do PCP.*

A reacção, fazendo tanto barulho em torno da revisão, pretende criar a ideia de que vivemos num país com uma Constituição precária, com um regime democrático provisório e com conquistas temporárias.

Mas que a reacção não se iluda. A Constituição, o regime democrático e as conquistas do 25 de Abril não são nem uma criação artificial nem o resultado de qualquer acaso da história. Correspondem ao processo contraditório mas real da revolução portuguesa; são uma criação colectiva do povo português, identificam-se estreitamente com as necessidades e realidades objectivas de Portugal; traduzem esperanças e aspirações longamente guardadas no coração dos portugueses; são instrumentos essenciais da construção da vida melhor a que o povo aspira, tem direito e há-de alcançar.

*Aplausos do PCP.*

Na busca e na concretização de uma alternativa democrática, não podem ser esquecidas as grandes razões desta crise. Nomeadamente, não se pode esquecer que, como o PCP sempre preveniu, a política de cedências à direita apenas estimulou a novas manobras, pressões e chantagens e apenas enfraqueceu quem nelas consentiu.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma alternativa democrática exige por isso não a reedição de alianças preferenciais do PS com a direita, seja só com o CDS, seja com o CDS e PPD, mas um largo entendimento entre as forças democráticas no qual ocupam papel central o entendimento entre o PS e o PCP.

*Aplausos do PCP.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:** Fiel às suas responsabilidades nacionais,

consciente da gravidade da situação, tendo denunciado prontamente os objectivos que a reacção procurava alcançar, desde o início da crise que o PCP se empenhou com a maior decisão e isenção para que a crise fosse resolvida com realismo e prontidão; para que fosse defendida a estabilidade dos Órgãos de Soberania e o regular funcionamento das instituições; para que, na base do rápido entendimento e acerto de iniciativas entre as forças democráticas e no diálogo com o Presidente da República, fosse alcançada uma solução democrática através da formação de um governo de base parlamentar e partidária, que tivesse evitado o recurso à formação deste Governo, cujo Programa a Assembleia da República agora discute.

A construção de uma alternativa democrática é hoje ainda mais urgente do que era ontem. Para cortar o passo a novas manobras desestabilizadoras; para assegurar o prosseguimento do regime democrático; para abrir caminho à realização de uma política democrática inspirada pelos interesses nacionais; para reforçar a confiança popular na solidez do regime democrático; para assegurar a resolução dos problemas de Portugal — por tudo isto, as forças democráticas têm de assumir desde já a responsabilidade de contribuírem activamente para dotar o País de um governo democrático com uma política democrática, formado no quadro da Constituição e das instituições.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A formação de tal Governo exige, na opinião do PCP, entre outras, três condições essenciais: uma decisão favorável do Presidente da República; a participação ou acordo do PS, e o entendimento entre o PS, o PCP e outras forças e sectores democráticos.

*Aplausos do PCP.*

O PCP não está disposto a participar em campanhas emocionais tendentes a cristalizar desentendimentos entre entidades com um papel fundamental na solução da crise. Em contrapartida, o PCP declara-se pronto a examinar com os Órgãos de Soberania, com o PS e com outros sectores e forças democráticas as possibilidades de concretização de uma alternativa democrática.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PCP não está disposto a colaborar na absolvição do CDS das suas responsabilidades nesta crise e dos sinistros objectivos com que a desencadeou, nem a sua clara integração na estratégia da reacção.

**Uma voz do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em contrapartida o PCP está disposto a discutir e negociar uma solução que ponha o regime ao abrigo de novas manobras e do desenvolvimento da conspiração reaccionária.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PCP não está disposto a dar o seu apoio para a reedição de uma política desastrosa dirigida contra os interesses dos trabalhadores e os interesses de Portugal. Mas o PCP está disposto a examinar e apresentar propostas para a rectificação dessa política e para a realização de uma nova política que respeite as conquistas da revolução e constitua uma base segura para a recuperação económica e o progresso do País.

Apreciamos positivamente algumas declarações proferidas durante este debate por Deputados do PS, as quais revelaram uma maior abertura e objectividade na apreciação de alguns aspectos da política desenvolvida pelos anteriores governos. Esperamos que os próximos dias confirmem tais declarações como um sinal de vontade de procurar o diálogo e o entendimento democrático que são necessários.

**A Sr.ª Georgette Ferreira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Uma alternativa democrática é necessária, é urgente e é possível.

Como noutras situações de crise, depende em grande medida da orientação do PS que tal alternativa se concretize.

Por muito que custe à reacção, existe nesta Assembleia uma maioria de Deputados socialistas e comunistas que, independentemente do esforço para um mais amplo entendimento entre forças e sectores democráticos, é base bastante para garantir apoio estável a um governo representativo de forças democráticas e patrióticas.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Existe na vida nacional uma maioria consideravelmente ainda mais ampla de cidadãos solidamente identificados com a causa da liberdade, da democracia, e que estão firmemente ao lado do regime constitucional.

Estão realizadas em Portugal profundas transformações democráticas que são uma base e um instrumento essencial para vencer as dificuldades, sair da crise, assegurar o futuro de Portugal e uma vida melhor para os Portugueses.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Existe no País uma intensa vida democrática, e nela ganha todos os dias novas formas e nova vitalidade a intervenção dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas na vida nacional.

Existem a dedicação, a energia, os braços e a inteligência, o patriotismo do povo português, a sua fidelidade aos ideais do 25 de Abril, a sua determinação de não poupar sacrifícios na tarefa colectiva de salvar Portugal das ameaças da reacção e dos perigos da crise económica.

Se o PS quiser honrar as aspirações e sentimentos democráticos dos seus eleitores, se o PS quiser compreender que são aquelas forças, energias e aspirações que é preciso mobilizar, e não o ódio, o revisionismo, e a intolerância daqueles que conspiram nas fileiras do CDS, do PPD, da CAP e da CIP, então uma alternativa democrática está ao alcance do povo português.

*Aplausos do PCP.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os comunistas portugueses e o seu partido afirmaram e reafirmam neste momento que não pretendem, não podem e não desejam resolver sozinhos todos os problemas nacionais. Os comunistas portugueses e o seu partido são os primeiros a saber que para fazer de Portugal um país de bem-estar, progresso económico e social, para realizar integralmente o projecto de sociedade contido na Constituição, é necessária a acção criadora e entusiástica de milhões de portugueses.

Mas é nossa convicção profunda que, de igual modo, tão-pouco os problemas nacionais podem ser resolvidos sem a opinião, a contribuição, a dedicação, a capacidade, a influência de massas, a autoridade, a seriedade e o prestígio moral dos comunistas e do PCP.

*Aplausos do PCP.*

Pode o presidente do CDS, fora do tempo que vivemos, mas fiel aos valores ideológicos em que se formou, vir a esta Assembleia decretar excomunhões e discriminações contra os comunistas e outros democratas, mas com isso apenas prova que a intimidade com o fascismo o tornou insensível ao espírito democrático, generoso e tolerante do 25 de Abril.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Pode o presidente do CDS, para tranquilizar as suas inquietas fileiras depois dos sucessivos falhanços da alternativa 76 . . .

O Sr. Rui Pena (CDS): — Olhe que não, olhe que não . . .

O Orador: — . . . das núpcias da «convergência» com o CDS/PPD, do casamento e divórcio com o PS, do aviso de Mirandela, vir acenar com uma nova campanha anticomunista que dê margem para mais algum casamento, nem que seja às escondidas.

*Risos.*

Mas com tal atitude apenas prova a fraqueza real do seu partido e a sua insegurança.

Pode o presidente do CDS querer discriminar os comunistas ao mesmo tempo que reconhece expressamente aos «investidores» e ao imperialismo o direito de decidirem sobre a política e o Governo de Portugal.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Como é que sabe?

O Orador: — Com isso só confirmam que o sonho do CDS é ver um povo inteiro submetido à chantagem de um punhado de parasitas e ver Portugal ajoelhado às ordens de governantes estrangeiros.

*Aplausos do PCP e protestos do CDS.*

Pode o presidente do CDS insultar os comunistas. Com isso só prova que entre tantas liberdades que o 25 de Abril deu aos Portugueses o CDS só tem vocação para usar exactamente a única que já existia

no tempo do fascismo — a de caluniar os comunistas e o seu partido.

*Aplausos do PCP e protestos do CDS.*

A realidade tem mais força que os desejos e ambições do CDS e de toda a reacção.

Um partido como o PCP, que mostra em cada dia uma maior força, implantação e audiência popular . . .

*Risos do CDS.*

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sonhos . . .

O Orador: — . . ., que está solidamente presente na realidade do trabalho e da vida nacional, que se identifica e exprime com coerência os interesses dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas . . .

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — . . ., que conta nas suas fileiras com bastante mais de 140 000 membros organizados . . .

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Uh! . . .

O Orador: — . . . que dá à resolução dos problemas nacionais uma contribuição responsável, um partido que ainda há dias realizou um gigantesco comício e a grandiosa festa do *Avante*, . . .

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Quem pagou a gasolina?

*Risos do CDS.*

O Orador: — . . ., por onde passaram centenas de milhares de portugueses, vindos de todos os recantos do País, um tal partido não pode ser ignorado, e no interesse nacional está e estará presente na luta do povo português, está e estará presente no esforço para garantir a vitória definitiva da democracia portuguesa.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

Vozes do PCP: — Agora vamos fazer o mesmo . . .

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Os democratas do CDS portam-se muito mal!

O Sr. Presidente: — Se me dá licença, Sr. Deputado, queria avisar, entretanto, que se houver a mais pequena manifestação da parte das galerias elas serão evacuadas.

Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Compete-me encerrar, em nome do CDS, o debate parlamentar travado nesta Assembleia em torno do III Governo Constitucional.

E Vípeço licença para começar por recapitular os principais aspectos da posição já aqui assumida pelo CDS.

O meu partido contesta, em primeiro lugar, a natureza deste Governo. O Governo apresenta-se, com efeito, como Governo de independentes — e em democracia não há em regra governos de independentes. O Governo apresenta-se sem participação de personalidades dos partidos políticos — e em democracia é por princípio aos partidos que compete governar e exercer o poder.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo apresenta-se sem qualquer apoio parlamentar activo — e em democracia os governos têm normalmente de contar com uma maioria no parlamento.

O actual Governo só poderia, portanto, ser aceite, a título meramente excepcional, se tivesse sido configurado como um mero governo de gestão, com uma capacidade de acção política limitada, com um programa simples e despretensioso e tendo por objectivo principal unicamente administrar o País por um prazo curto de modo a preparar a possibilidade de realização de eleições gerais antecipadas. Ora este Governo não se confinou a si mesmo dentro destes limites, mostrando bem a inconsistência das teorias que acreditam ingenuamente na autolimitação do poder político. Já Montesquieu dizia que a experiência eterna comprova que todo o homem investido no poder tende a alargá-lo o mais possível e acaba por abusar dele, se não encontrar barreiras que o façam parar.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — No caso deste Governo não chegou a haver abuso, mas já há manifestamente na sua configuração inicial um excesso de poder.

**O Sr. Anacoreta Correia (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A natureza com que o III Governo Constitucional se apresenta a esta Câmara e ao País é, assim, contrária aos princípios fundamentais de uma democracia pluralista de tipo ocidental.

Mas será este, ao menos, um Governo capaz de enfrentar e resolver os grandes problemas nacionais? Em nossa opinião não é: primeiro, porque não tem apoios que lhe permitam governar. Não é possível governar, qualquer que seja o regime sem apoios no País; e não é possível governar em democracia procurando ou encontrando apoio naqueles que descreem dela ou que já começam a fazer campanha contra ela.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, os Portugueses sabem que Portugal tem como seus tradicionais aliados as grandes democracias ocidentais, precisa do auxílio financeiro e técnico destas e quer candidatar-se à adesão ao Mercado Comum.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ora sem democracia em Portugal não haverá auxílios a Portugal; sem um governo democrático no nosso país, não ingressaremos no Mercado Comum; e sem uma total pureza democrática das nossas instituições políticas acabariam fatalmente por ser colocados num estatuto secundário, diminuído e desprestigiante, que não podemos obviamente desejar para a nossa pátria.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por último, o actual Governo não tem condições para resolver e ultrapassar a crise económica em que estamos mergulhados, já porque não dispõe de qualquer coerência ideológica ou coesão política interior, já porque inclui no elenco ministerial individualidades cujas conotações políticas não inspiram a necessária confiança.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E aqui tocamos a segunda razão que conduz o CDS a contestar o III Governo Constitucional. Como já tive ocasião de dizer na passada segunda-feira, nós não podemos aprovar um Governo em que participam personalidades situadas à esquerda do Partido Socialista . . .

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Não apoiado!

**O Orador:** — . . . e algumas mesmo que se têm mostrado próximas do Partido Comunista ou afectas ao MDP/CDE.

*Aplausos do CDS.*

**Vozes do PCP:** — Não apoiado!

**O Orador:** — O CDS não aceita a presença de comunistas ou pró-comunistas no Governo de Portugal.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Essa presença não ajuda a resolver nenhum dos problemas de fundo do Estado, da sociedade ou da economia . . .

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — Ai não?

**O Orador:** — . . . antes deteriora particularmente a crise económica e fará inevitavelmente aumentar a crise política e social, que se impunha atenuar e não agravar.

**Vozes do PCP:** — Não apoiado!

**O Orador:** — A presença de simpatizantes comunistas neste Governo é, pois, inútil e prejudicial e, mais do que isso, não tem lógica.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — É a lógica da reacção!

**O Orador:** — E, mais do que isso, não tem lógica no plano nacional, porque ninguém se esqueceu ainda do significado do que se viveu e sofreu aqui no ano de 1975.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Com as bombas do CDS . . .

**O Orador:** — E não tem lógica no plano internacional, porque numa Europa onde nem os principais partidos eurocomunistas têm conseguido acesso ao poder, ninguém poderá compreender que em Portugal se tenha facilitado a entrada no Governo . . .

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Estamos em Portugal!

**O Orador:** — . . . a elementos próximos de um partido que rejeita categoricamente o eurocomunismo (*risos do PCP*) e faz gala em erguer bem alto o seu estalinismo e o seu pró-sovietismo.

*Aplausos do CDS.*

**Vozes do PCP:** — Provocador. Fascista!

**O Orador:** — O CDS não pode aceitar isto.

**Vozes do PCP:** — Fascista!

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, isto não pode ser!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Amaro da Costa, para sinaleiro não tenho vocação. Espero que os Srs. Deputados se lembrem do lugar onde se encontram . . .

**Vozes do PCP:** — Incluindo o orador . . .

**O Orador:** — . . . e que facilitem ao Presidente uma boa direcção dos trabalhos.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Freitas do Amaral.

**O Orador:** — Quanto ao Programa do Governo, é um documento que reflecte fielmente, como um espelho, as ambiguidades, os erros e as falhas que apontámos à natureza e à composição do Executivo: por uma parte, o Programa vai muito mais longe do que devia e podia ir, mais parecendo o plano de acção quadrienal de um típico governo de legislatura do que o modesto guia prático de um governo de recurso, destinado a exercer funções apenas por um curto período de transição de meia dúzia de meses; por outra parte, o Programa faz numerosas concessões à linguagem e às reclamações instantes do PCP — que as não terá considerado suficientes, porque queria mais, mas que mesmo assim constituem cedências inadmissíveis e viriam a ser, designadamente na política externa e no sector do trabalho, focos permanentes de contestação por contrariarem altos interesses nacionais do nosso país.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Acresce que o papel e a função da iniciativa privada não são devidamente acentuados e reconhecidos e de novo surgem erradamente o sector público e as empresas nacionalizadas como verdadeiro motor e alavanca da recuperação económica — o que o CDS considera falso e a experiência como tal confirma.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Trata-se, em suma, de um programa negativo, que o CDS não pode aceitar. Não nego que haja nele também, como é natural, alguns aspectos positivos. O Programa tem decerto coisas boas e coisas novas: só é pena, como diria Leibnitz, que as coisas boas não sejam novas e que as coisas novas não sejam boas.

*Aplausos do CDS.*

**Vozes do PCP:** — Que tristeza, que falta de originalidade!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pelos motivos que sumariamente acabo de recapitular, o CDS desaprova a natureza, a composição e o Programa do III Governo Constitucional. Por isso apresentamos contra ele uma moção de rejeição.

Há, porém, quem se inquiete sobre o significado da rejeição do Governo sob o ângulo das relações dos partidos e desta Assembleia da República com o Presidente da República. Para nós, um voto contra o Governo não pôe, não pode pôr, nem tem por que pôr em causa o prestígio e a autoridade do Presidente ou o respeito que lhe é devido.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O facto de o CDS discordar da solução concreta que acabou por ser adoptada para a actual crise, com o aval do Presidente da República, leva-nos a criticá-lo por isso, não nos leva nem levará a entrar em qualquer confrontação com ele.

*Aplausos do CDS.*

Mas talvez seja útil acrescentar ainda mais alguma coisa. Para nós, o Presidente da República sairia sem dúvida mais enfraquecido se o actual Governo passasse do que se vier a ser rejeitado. Com efeito, um governo sem apoios políticos organizados não pode sobreviver. Ora, os apoios do actual Governo não têm carácter organizado, resumindo-se, em princípio, ao Presidente da República e a sectores mais ou menos difusos da sociedade e da opinião pública expressa em certos órgãos da comunicação social. A única entidade política sólida que aparece publicamente em posição de apoio ao Governo é, assim, o Presidente da República. O Governo está como que pendurado do topo do Estado, sem raízes, sem sustentáculos, sem muros de suporte. Toda a crítica que lhe vier a ser feita não encontrará filtros, nem anteparos, nem qualquer outra forma de defesa estruturada, pelo que recairá por força sobre o próprio Presidente da República. Os embates no Governo transformar-se-ão inevitavelmente em embates no Presidente.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — As consequências deste fenómeno serão óbvias e, a nosso ver, negativas. Nem nos sistemas presidencialistas puros o Presidente pode dispensar o apoio directo de um ou mais partidos ao seu governo.

Daí que no nosso modo de ver, em termos de estabilidade, autoridade e prestígio do mais alto Órgão de Soberania, é bem menor o risco da rejeição do Governo do que o risco do comprometimento presidencial exclusivo no apoio político a um governo sem condições de êxito.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sentimo-nos, pois, inteiramente à vontade, mesmo sob o prisma da nossa posição de fundo face ao Presidente da República, para propor e preconizar a rejeição do Programa do Governo. Mas há ainda outros argumentos importantes que têm sido utilizados para defender uma abstenção que deixe passar este Governo. Vale a pena ponderá-los.

Diz-se, por exemplo, que o melhor seria deixar este Governo andar para a frente e gerir o País até que as coisas pudesse voltar a uma situação mais normal. Mas atenção: governar um país não é fazer gestão. Governar é definir objectivos, estabelecer prioridades, avaliar riscos, arbitrar conflitos de interesses, suscitar apoios, identificar amigos e adversários, escolher, optar. Governar é, numa palavra, fazer política — e, por sinal, a política que mais afecta a vida dos cidadãos, porque é feita a partir das instâncias supremas do Poder.

É uma ilusão pensar que um governo de independentes pode governar sem fazer política. O que pode, quando muito, é não explicitar claramente as motivações, as consequências políticas das decisões que toma, dos sectores que favorece, dos interesses que prejudica. Mas essa falta de clareza e de limpidez não beneficia ninguém. Toda a política deve ser transparente, todo o governo deve actuar dentro de paredes de vidro. O País só tem a perder com a indefinição política dos seus governos. Há também quem entenda que chegou finalmente a hora dos técnicos, das pessoas capazes, dos homens competentes — e que é preciso deixá-los actuar a bem do País. Pela minha parte não duvido que alguns dos membros deste Governo reúnem todas essas e muitas outras qualidades, sendo certo, aliás, que outros as não possuem de todo em todo. Mas uma coisa é ser-se competente numa dada profissão e outra coisa é supor-se que a competência na engenharia; no direito ou na medicina atribui automaticamente boas qualidades para governar o País. São mundos tão diferentes que a aptidão num deles nada permite concluir quanto à capacidade no outro, sobretudo quando falta neste qualquer experiência profissional. Além de que o problema não está sobretudo em saber se os Ministros são ou não individualmente competentes, está assim em saber se o Governo globalmente considerado tem ou não tem condições, meios e autoridade para governar com eficácia.

Outras pessoas ainda raciocinam assim: criou-se o mito de que este Governo será capaz e competente; deixemos, pois, que governe para que esse mito se desmorone e para que se desfaçam as ilusões; a seu tempo

os partidos recuperarão o terreno perdido e nenhuma dúvida restará de que se lhes tem de voltar a bater à porta.

Salvo o devido respeito, julgo que não se deve pensar deste modo e com tamanha reserva mental. Porque a táctica que esta posição revela é a de deixar passar o Governo para pouco depois o começar a atacar sem dó nem piedade. Ora, em nossa opinião essa táctica não serve o País. Portugal não pode ser transformado em laboratório de experiências políticas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este Governo não pode ser autorizado a passar apenas para que a opinião pública venha a concluir que é mau. Não me parece sobretudo admissível que se planeie friamente como manobra calculada a imposição a prazo de uma nova desilusão aos Portugueses.

*Aplausos do CDS.*

**O Orador:** — Se de antemão se está sinceramente convencido de que a experiência vai falhar, então a nossa obrigação moral é não consentir sequer que ela tenha início.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Outros grupos de pessoas alegam, enfim, o seguinte: os partidos políticos estão com uma má imagem perante a opinião pública; os seus dirigentes estão cansados, gastos e em muitos casos mesmo desacreditados; os aparelhos partidários estão mal organizados e insuficientemente implantados no País; melhor será conceder-lhes um período de reflexão e repouso para que se possam retemperar, reorganizar, revitalizar e, principalmente, para que possam tomar consciência das suas faltas, das suas responsabilidades e das suas obrigações para com o País que devem servir. Entretanto, e até lá, o Governo levará a água ao seu moinho num ambiente que se deseja de tréguas partidárias.

Esta visão do problema é, a meu ver, incorrecta e inadequada. Desde logo, não é provável que o III Governo, se passasse, pudesse exercer o seu mandato num ambiente de acalmia política. Mesmo que ao começo beneficiasse de um certo apaziguamento, a verdade é que a breve trecho as críticas surgiram, os ataques subiram de tom e a contestação generalizar-se-ia.

Recorde-se, por exemplo, como começou e como terminou a vida do I Governo Constitucional, apesar de apoiado pelo partido mais votado.

Por outro lado, na argumentação acima resumida verifica-se ter-se generalizado em certos sectores da sociedade portuguesa uma crítica, se não mesmo uma campanha contra os partidos políticos.

Não serei eu a negar que os partidos não devem ser isentos de crítica e em muitos casos bem a merecem. Mas nem tudo, na actuação dos partidos, é culpa dos partidos. Não foi fácil a sua vida até ao 25 de Novembro; sofreram, como todos, o impacte do gonçalivismo; foram chamados pela revolução e pela Assembleia Constituinte a conceder o primado das suas atenções à ideologia e à política em detrimento do debate dos problemas reais e concretos do povo português; viraram-se obrigados a disputar cinco eleições em ano e meio e a dar por isso prioridade à organização político-eleitoral

sobre a implantação sócio-profissional; a sua capacidade de mobilização social é escassa e, nessa medida, a sociedade tende a vê-los, não tanto como formas úteis e permanentes de participação na resolução das questões imediatas da vida real de cada um, mas sobretudo como meras organizações de luta pelo poder ou, pior ainda, como simples palco de lutas e dissensões internas.

Temos de reconhecer que esta situação não é positiva, mas a responsabilidade não é apenas dos partidos. Já o é, porém, a prática do clientelismo partidário, o apetite pela posse do aparelho do Estado, a promoção de escolha e nomeações para lugares técnicos mais dominados pelo critério da afinidade política do que pelo do mérito demonstrado.

**O Sr. Carlos Brito (PCP)** — O CDS lá sabe . . .

**O Orador:** — Há aqui, decerto, muita matéria para meditação e para correção. O fortalecimento da democracia faz-se também pelo aperfeiçoamento dos partidos. E a presente crise política convida, mais que nenhuma outra, à reflexão dos partidos sobre si mesmos.

Mas a solução não está em pôr a vida democrática entre parêntesis, tanto mais que a reflexão e a revisão interna dos partidos se podem muito bem fazer, por via dos seus congressos, sem necessidade de nenhuma descontinuidade democrática ao nível do Estado. Pretender colocar os partidos numa redoma para lhes facilitar a tarefa de se auto-reformarem é condená-los e é condenar a democracia.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os partidos em democracia ou estão no poder ou estão na oposição. Só assim se podem candidatar à representação política da vontade popular: é principalmente pelo modo como exercem o poder ou a oposição que atraem maior ou menor apoio eleitoral.

Exclui-los a todos do poder é afinal empurrá-los a todos, mais tarde ou mais cedo, para a oposição. É o mesmo, portanto, que inviabilizar o Governo, se é que se não deseja pura e simplesmente inviabilizar a democracia.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Será legítimo, todavia, rejeitar o Programa deste Governo e com isso impor a respectiva demissão, se entretanto não se tiver desde logo nas mãos uma solução alternativa?

Devo esclarecer, como aqui disse na passada segunda-feira, que o CDS não possui só por si de momento nenhuma solução capaz de substituir imediatamente o actual Governo por outro.

Se nos propomos votar contra o Governo, não é porque já tenhamos outro Governo pronto, ou perto disso, é apenas porque achamos que este em si mesmo não serve o País e por isso não deve passar.

Mas isso não significa que não haja alternativas. Como o CDS e o PSD tantas vezes disseram, quando eram ambos oposição ao I Governo Constitucional,

nal, em democracia há sempre alternativas e quem exclui a existência de alternativas exclui a própria democracia.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O CDS pelo seu lado continua a pensar do mesmo modo.

E para que se não julgue que é *a priori* impossível conceber alternativas neste momento, acrescentarei que — sem falar na hipótese da antecipação das eleições gerais que dentro em breve já será possível — existem de facto várias alternativas actuais que merecem ser consideradas.

Não me referirei, como é óbvio, áquelas que, sendo legítimas, não interessam ao CDS nem ao País, como seria o caso, entre outros, de uma solução de maioria de esquerda.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Salvo seja . . .

**O Orador:** — Também quero esclarecer, desde já que, como tenho dito, não há nem haverá para sair desta crise um novo acordo bilateral entre o PS e o CDS. Pela parte que nos toca, é uma hipótese que se encontra excluída.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas restam ainda algumas alternativas viáveis.

A primeira seria a de um governo formado com base num acordo interpartidário que proporcionasse uma maioria parlamentar, embora sem coligação. Esse acordo deveria, em nossa opinião, abranger o PS, o PSD e o CDS.

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Isso queria o Sr. Deputado . . .

**O Orador:** — Tratar-se-ia de um entendimento de base tripartida, como sempre preconizámos até Dezembro de 1977, que não foi possível concretizar por ocasião da formação do II Governo Constitucional, dada a séria crise interna que o PSD então atravessava . . .

**Vozes do PSD:** — É falso!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — É verdade!

**O Orador:** — . . . mas que hoje em dia, vencida essa crise interna, volta de novo a ser possível e desejável.

Outra alternativa de que se pode lançar mão, neste momento, se os diferentes partidos democráticos nisso convierem e o Presidente da República concordar, será a de explorar a última hipótese aventada no discurso presidencial de 1 de Agosto passado, que aludia a um acordo firmado directamente entre os partidos e o próprio Presidente da República, para a formação e desenvolvimento de um Governo de amplo consenso nacional maioritário.

Se nenhuma destas soluções se puder concretizar, então ainda restará como última alternativa, embora

a menos desejável de todas, a formação de um novo governo de independentes . . .

*Risos do PCP.*

. . . a que o CDS se não oporia se nele não se verificassem as razões que levam o CDS a opor-se ao actual — isto é, se esse outro governo de independentes se apresentasse como um mero governo de gestão . . .

**Vozes do PCP:** — Esse já servia!

*Risos.*

**O Orador:** — . . . com uma composição não polémica, nomeadamente sem contar com a presença de personalidades afectas ao PCP ou ao MDP/CDE, e com um programa simples, curto, despretensioso, delineado em função da missão breve, transitória e excepcional que teria de ser atribuída a um tal governo.

**Vozes do PCP:** — Com caras do CDS.

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como se vê, há ainda um campo relativamente vasto onde é possível encontrar alternativas viáveis para substituir o III Governo Constitucional.

O CDS declara-se disposto — se, como espera, o III Governo cair hoje — a colaborar com o Presidente da República e com os restantes partidos democráticos para se alcançar, o mais rapidamente possível, uma saída democrática para a crise, que sirva os superiores interesses nacionais.

O nosso país precisa urgentemente de uma solução política adequada, de um vasto e sólido entendimento interpartidário e de um governo capaz, com apoio parlamentar e social maioritário. A crise económica pode — e portanto deve — ser vencida. O Estado tem de ser reestruturado, a Administração prestigiada. O poder precisa de ser descentralizado, as regiões desenvolvidas e os municípios reforçados na sua autonomia administrativa e na sua capacidade financeira. As regiões autónomas carecem de ver concretizado o seu regime de autogoverno. A agricultura, o comércio e a indústria têm de ser ajudados a vencer as suas crises, a modernizar as suas estruturas e a oferecer um quadro de vida digno e justo aos que delas vivem e nelas trabalham. A economia portuguesa tem de tornar-se competitiva e preparar-se para enfrentar o desafio da integração europeia. A juventude tem de poder contar com um futuro mais aberto, mais seguro e mais ousado. A família tem de ser reconhecida, protegida e estimulada como célula fundamental da sociedade. Os mais desfavorecidos carecem de melhor protecção, de mais promoção social e de maior justiça.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — É a última.

**O Orador:** — Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os nossos concidadãos, como um todo, em uníssono, esperam que os seus mais altos dirigentes políticos se mostrem capazes de encontrar em breve . . .

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Que conjunto de vulgaridades . . .

**O Orador:** — . . . para esta Pátria que amamos e temos o direito de querer ver feliz, um futuro que não seja de liberdade sem justiça, nem de justiça sem liberdade, mas de união, na paz, entre a liberdade e a justiça, para bem de Portugal e de todos os portugueses.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sá Carneiro.

**O Sr. Sá Carneiro (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que hoje se encerra insere-se no quadro de uma grave crise nacional. Crise económica e financeira, que transformou Portugal num país adiado e arruinado, em que aqueles que o querem fazer sair dessa situação pelo seu trabalho e pelo investimento não encontram a segurança de um modelo económico claro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Prolongaram-se as ambiguidades do sistema económico. A um sector público demasiado extenso para dar segurança ao funcionamento do sector privado corresponde a impossibilidade de planificação integral por insuficiente extensão do mesmo sector público.

Os governos socialistas viveram do prolongamento dessa ambiguidade. Leis fundamentais, como a delimitação do sector público e do sector privado, aprovadas nesta Câmara em Março do ano passado, encontram-se por regulamentar. Mantém-se uma alta inflação, que, como aqui nos informou ontem o Sr. Ministro das Finanças e do Plano, varia entre 24% e 28%. Mantém-se, se não cresce, o desemprego. Os salários reais diminuem e avolumam-se as perspectivas negras de falências em série decorrentes das limitações do crédito.

Portugal é hoje um país também crescentemente dependente dos seus credores externos. É o impasse económico e financeiro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A crise social agravou-se, sob a capa de uma aparente calma, durante os governos socialistas. Aumentou a insegurança das pessoas e dos bens, aumenta o surto da criminalidade. Portugal é hoje um país em que as pessoas vivem angustiadas quanto à sua vida, à sua segurança.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Livra!

**O Orador:** — Destruiu-se um sistema educativo, que está em manifesta desagregação. Hostilizam-se e marginalizam-se os professores e não se dão possibilidades de educação aos alunos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quem quer constituir família procura casa e emprego e não os encontra. Os que tra-

balharam toda uma vida vêem-se, no fim dela, condenados a morrer à mingua.

*Risos do PSD e PCP.*

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Agravaram-se as desigualdades entre zonas do território, entre sectores económicos e sociais. Portugal é hoje um país em que os mais velhos não têm presente e os jovens se encontram sem futuro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Agravou-se igualmente, e por isso aqui estamos, a crise política. À indefinição de um sistema institucional acresceu a dificuldade resultante do domínio do poder, da estratégia hegemónica e monopolista do Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Marcelo Curto (PS):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Dispondo de pouco mais de um terço dos votos, o Partido Socialista arrogou-se o monopólio do Poder e da vida nacional. Fez, para tanto, um governo minoritário e sob o qual sobreviveu à custa de compromissos constantes, mantendo a ambiguidade fundamental da sua linha política. E quando esse governo minoritário caiu, o Partido Socialista não recusou entrar num acordo com o CDS, que, à partida, logo se afigurava um acordo contraditório, incompleto e de curta duração, como veio a suceder.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao contrário do que há pouco aqui foi dito, não é verdade que após a queda do governo minoritário tivesse sido proposta ao Partido Social-Democrata uma coligação com o Partido Socialista e com o CDS. Não é verdade.

*Aplausos do PSD.*

**O Orador:** — Ao contrário do que aqui foi dito, não é verdade que um governo tripartido se não tivesse podido formar nessa altura devido às dificuldades internas do Partido Social-Democrata.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A verdade é outra. A verdade é que em Agosto do ano passado o Partido Socialista considerou a hipótese de vir a fazer um entendimento que o levasse a partilhar o Poder com um partido. Mas como nessa altura claramente foi dito, o Partido Socialista nunca se dispôs a partilhar o Poder com dois partidos, designadamente com o PSD e o CDS. Isto foi dito tanto ao PSD como ao CDS. O PSD manteve a sua posição, o CDS acabou por fazer o acordo cuja rotura aqui nos trouxe.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Neste quadro de crise política em agravamento o Partido Socialista exerceu o Poder em benefício de si próprio.

**O Sr. António Lacerda (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Inutilizou a possibilidade da constituição e da consolidação em Portugal de um verdadeiro poder local e de uma verdadeira autonomia regional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Agravou, por isso mesmo, o isolamento entre o Poder e a sociedade.

**E os Portugueses?**

Fartos dos malabarismos que os partidos do Poder fizeram para a ele se manterem agarrados, fartos da demagogia e do sectarismo, correspondem a esta crise política com uma atitude de profunda indiferença, que é altamente preocupante em democracia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É o *impasse* político.

Face a esta crise nacional, face a um país angustiado, desagregado e à deriva, em que se fracionaram os sentidos de solidariedade e de interesse nacional para serem substituídos por uma política do salve-se quem puder, o povo português esperava que este debate lhe trouxesse finalmente uma esperança nova de ver os partidos discutirem aqui os verdadeiros problemas nacionais, de ver os partidos reconsiderarem aqui as suas posições, reconhecerem os seus erros, disporem-se a encetar vida nova.

Infelizmente, o povo português, que tinha essa esperança neste debate, viu-a frustrada.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Logo de início foi nítida a preocupação do Partido Comunista, do Partido Socialista e do CDS de derrubarem o Governo, indiferentes ao conteúdo deste debate. Por isso apresentaram as três moções de rejeição logo no início do debate sobre o Programa do Governo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pior do que isso: vimos que os mesmos partidos, e sobretudo o PS e o CDS, quiseram transformar este debate num debate entre o 28 de Maio e o 25 de Abril, num debate entre a democracia e a ditadura, num debate a favor dos partidos ou contra os partidos. Nada mais inexacto, nada mais deturpador do sentido do debate que aqui nos reuniu.

**O Sr. Américo Sequeira (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Do que se trata, ou do que se devia tratar, era de saber se este Governo tinha condições programáticas e políticas para governar Portugal neste transe difícil.

Não acompanhamos, nem acompanharemos, os partidos que querem derrubar o Governo na adulteração do sentido deste debate, . . .

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . até porque ela poria em causa, como efectivamente pôs, os critérios de formação deste Governo, potencializando, pelo sentido que foi dado ao debate, que não pelo debate em si, um conflito entre os partidos, a Assembleia da República e o Presidente da República.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tão-pouco acompanharemos o Partido Comunista no sentido que procurou imprimir ao debate e que foi o de uma opção entre as chamadas conquistas de Abril e a pretensa política de recuperação capitalista, latifundista, monopolista e imperialista.

*Risos do PSD.*

*Risos do PCP.*

**Vozes do PCP:** — É mais ou menos assim . . .

**O Orador:** — Não é disso que se trata. Tivemos aqui o espectáculo insólito de ver os partidos mais responsáveis pela actual situação portuguesa, pela situação dramática em que o País se encontra — o PCP e o seu gonçalvismo, o PS e o CDS e os seus desgovernos —, arvorarem-se em juízes e condenadores deste Governo.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — E os seus governos provisórios?

**O Orador:** — É altura de dizer que fizeram o mal e a caramunha.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Talvez por isso, talvez por se sentir de início derrotado, o III Governo Constitucional não foi aqui tão preciso, claro, frontal e incisivo como seria para desejar.

**O Sr. Cunha Simões (CDS):** — Ah! . . .

**O Orador:** — Mas cumpre reconhecer que se comportou democraticamente, ouvindo com tolerância democrática todos os ataques, todas as críticas, mesmo as mais injustas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Fazendo-o, deu talvez ao debate uma tónica apagada, mas não deu motivos àqueles que querem derrubar o Governo para o fazerem pelo comportamento que o Governo aqui assumiu.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pela nossa parte, analisámos o programa do Governo sem preconceitos políticos.

Apreciámos devidamente as inovações e alterações em relação aos programas dos governos anteriores, em especial ao Programa do II Governo. Apontámos também erros e omissões. Fizemo-lo com a consciência de que este Governo se encontra, à partida, limitado por opções programáticas e políticas dos anteriores governos que não pode, de repente, modificar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Que grande compreensão! . . .

**O Orador:** — Do ponto de vista político, tornamo-nos claro que consideramos este Governo um governo legítimo e constitucional na sua formação, que será plenamente democrático se passar nesta Assembleia.

Não é ele o nosso governo, não formos sequer ouvidos sobre a sua composição, sobre os seus membros. Tão-pouco o seu Programa se identifica com o nosso programa. É que, numa altura em que os socialistas renunciaram, para já, ao socialismo . . .

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — Não apoiado!

**O Orador:** — . . . e os comunistas dizem ter renunciado ao socialismo e ao comunismo, pelo menos para já, . . .

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Nós?!

*Risos do PCP.*

**O Orador:** — . . . o Partido Social-Democrata mantém o apego e a fidelidade à social-democracia constante do seu programa.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Mas que grandes sociais-democratas! . . .

**O Orador:** — Mas pelo facto de não concordarmos inteiramente com o Programa do Governo não vamos votar favoravelmente as moções de rejeição. Por aí não nos solidarizamos com o Governo e o seu Programa, não damos um voto de confiança ao Governo e ao seu Programa. Limitamo-nos a deixá-lo passar, tal como fizemos ao I Governo Constitucional, que, como este, nos merecia sérias reservas e críticas.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — A nossa posição é, pois, a de considerar este Governo como um governo possível, como um governo necessário ao actual momento da democracia portuguesa. Não é um governo natural em democracia, já que em democracia o natural é serem os partidos políticos a governar.

**Vozes do PS e CDS:** — Ah!!!

**O Orador:** — Sucede, porém, que os partidos políticos não souberam, ou não quiseram, constituir governo, . . .

**Vozes do PSD:** — Ah!!!

**O Orador:** — ... não se entenderam, não souberam possibilitar uma solução alternativa. Consideramos, pois, este Governo um bem relativo, que, como tal, deve ser admitido, porque admiti-lo é possibilitar a continuação da democracia portuguesa. Não é um governo natural em democracia, mas é um governo necessário à actual fase da democracia portuguesa.

*Aplausos do PSD.*

Isto significa que não cooperaremos com aqueles que desejam derrubar este Governo. Não os ajudaremos a derrubar este Governo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, neste ponto, é bom que fique claro que se derrubarem o Governo o não fazem por imperativo democrático, o não fazem em defesa do regime, fazem-no apenas por uma ambição política, legítima em democracia, porque querem governar em substituição do III Governo Constitucional.

*Aplausos do PSD.*

Mas se essa ambição é legítima em democracia, então que tenha a coragem de parecer aquilo que é, que tenha a coragem de se confessar como tal e que não invente falsos pretextos, que não queira transformar-se em consciência republicana e democrática do País para esconder a sua ambição de poder.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Neste ponto, é indispensável que se clarifique também o problema das alternativas. Os que querem derrubar o Governo preocupam-se desde já com a formulação de alternativas.

Para que, ao votar, a situação seja totalmente clara, o Partido Social-Democrata desde já reafirma as suas posições anteriores, que o levarão a não fazer qualquer coligação com o PS, ou com o PS e o CDS, nem qualquer acordo partidário de incidência governativa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

No seu VI Congresso e nos conselhos nacionais que se lhe seguiram o Partido Social-Democrata definiu claramente a sua posição: não seremos governo antes de novas eleições, ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... com exceção da possibilidade de um governo de salvação nacional, como tal se entendendo aquele que, na base de uma plataforma entre partidos democráticos, com óbvia exclusão do Partido Comunista Português, ...

**A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP):** — Não apoiado! Que piada ...

**O Orador:** — ... e com programa, prazos e objectivos bem claros, assentando numa ligação e co-

-responsabilização dos partidos democráticos e do Presidente da República, possibilite um projecto nacional do qual constem as linhas mestras da revisão constitucional a submeter ao eleitorado em 1980.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ah! ...

**O Orador:** — O Partido Socialista e o CDS rejeitaram esta proposta; o Partido Socialista em termos desabridos. O Partido Social-Democrata não a retomará. Entendemos que hoje é perfeitamente claro, até pelo modo como decorreu este debate e pelo sentido provável da votação que hoje aqui faremos, que o modo de sair da crise política e nacional é uma nova consulta e escolha populares, são eleições legislativas antecipadas.

*Aplausos do PSD.*

Até lá o País necessita de ser governado. Entendemos que era este Governo que devia continuar em funções, pois há decisões urgentes que não podem ser adiadas — basta pensar na paralisação da marinha mercante, na reabertura das aulas em Outubro, na atribuição do crédito agrícola, que tem de ser feita até 30 de Setembro.

Mas, se este Governo for derrubado, o Partido Social-Democrata entende que até novas eleições o Governo deve ser de iniciativa e base presidenciais, deve ser um governo apartidário e isento que possibilite no mais curto prazo, após a conclusão das operações de recenseamento, as eleições legislativas antecipadas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Um tal governo significa também isto: que o Partido Social-Democrata não entrará em alternativas, nem quanto à escolha de um Primeiro-Ministro, nem quanto a um programa mínimo de governo de base partidária, nem quanto a um governo de mediação presidencial.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Parece-nos mesmo que, na situação em que nos encontramos, conversações sobre todos esses pontos não serão de realizar. Estamos abertos ao diálogo e assim o temos demonstrado sempre.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas, na situação actual, conversações sem objectivo claro e predeterminado seriam mais nocivas e perturbadoras do que clarificadoras e úteis.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Os partidos entrariam para conversações vagas, limitadas a troca de impressões e de informações, e sairiam delas sem solução nenhuma e com o seu prestígio diminuído. Elas apareceriam aos olhos dos Portugueses como mais um malabarismo, que resultaria em descrédito dos partidos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Só entabularemos conversações se elas visarem a elaboração de um projecto de salvação nacional, caso o Partido Socialista e o CDS retomem a proposta, que nós não retomaremos, e, nesse caso, parece-nos que as conversações deviam ter lugar sob a égide do Presidente da República.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portugal necessita de um projecto mobilizador, repito. É tempo de que este país entre um rumo definido de recuperação e de desenvolvimento. Somos um país pobre em recursos materiais, . . .

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Já sabemos isso . . .

**O Orador:** — . . . mas mesmo os poucos que temos estamos a desperdiçá-los. Somos ricos em recursos humanos que se encontram abandonados.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Só com uma política que em matéria de recursos nacionais privilegie a agricultura e as pessoas, . . .

**A Sr.ª Helena Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . que aproveite todas as potencialidades dos serviços e da indústria, conjugada com uma política de investigação científica e tecnológica, . . .

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . com uma política cultural, com uma política de educação, poderemos sair da situação dramática em que nos encontramos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Política cultural que deve radicar nos valores e nas realidades portuguesas. Política de educação que deve ser não mera repetição, mas inovação, progresso e igualdade de oportunidades para todos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Política de investigação científica e tecnológica que mobilize os intelectuais portugueses em conjunto com o povo, que aproveite todas as potencialidades humanas dos Portugueses, seja qual for o seu estrato social ou o seu sector de trabalho, . . .

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . que permita dar uma esperança nova aos Portugueses. Para isso é necessária a estabilidade política. Mas ela não se conseguirá sem novas eleições, sem uma clarificação integral da cena política portuguesa. Hoje o jogo político das forças aqui representadas não corresponde, é nossa convicção, ao sentido político do País.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Hoje os eleitores sentem-se cada vez mais afastados daqueles que elegeram, a sociedade mais longe do poder político.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Não apoiado!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Parece o Galvão de Melo!

**O Orador:** — Para sair desta situação é necessária uma nova consulta eleitoral. Após ela os partidos devem pôr de lado as suas disputas eleitorais, unindo-se então, segundo os resultados eleitorais e a posição que devem definir antes das eleições, para que a escolha eleitoral seja clara e tenha verdadeiro sentido, juntamente com o Presidente da República, à volta de um projecto de salvação nacional e de reconstrução do País.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Até lá temos de ter um governo que para nós é aquele que enunciei. Até lá, até que se realizem novas eleições, consideramos democrático e patriótico deixar funcionar o III Governo Constitucional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso o Partido Social-Democrata votará contra a rejeição do Programa do Governo.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Soares.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Mário Soares (PS):** — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Secretários de Estado: Ao cabo de um debate que terá parecido um tanto inútil, penoso e desgastante para aqueles que o seguiram com atenção, dentro e fora desta Assembleia, importa verificar que o Governo não encontrou, entre os Deputados, vozes que ousassem defendê-lo directamente. Teve algumas defesas indirectas, invias e não confessadas, que mais pareceram presentes envenenados que, de facto, o são.

Julgo que a prova ficou feita. Se não é fácil governar contra a vontade não expressa do Presidente da República, é praticamente impossível fazê-lo contra a vontade dos partidos representados nesta Assembleia. Mesmo que o Governo passasse por calculada omissão de alguns deles, como iria, depois, coordenar a sua acção, duradouramente, com esta Assembleia? Como iria conseguir — e à custa de que concessões e sacrifícios — os instrumentos indispensáveis para governar, que são as leis, as autorizações legislativas, o Orçamento e o Plano anual?

Se se pretende governar no respeito da Constituição, como tem sido afirmado, a cooperação entre os diversos Órgãos de Soberania é fundamental — direi mesmo indispensável. Cooperação na interdependência, estabelecida sem equívocos, no respeito da autonomia de cada um dos Órgãos de Soberania e do princípio, essencial em democracia, da

separação dos poderes. E como o Governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e perante esta Assembleia, nos termos do artigo 193.º da Constituição, terá de resultar do consenso que, desde o início, se consiga estabelecer entre o Presidente da República e os partidos representados nesta Assembleia para que tenha um mínimo de condições de durabilidade. Se for imposto pelos partidos, embora com uma base parlamentar maioritária e sólida, ao Presidente ou por este a esta Assembleia, embora passe apenas devido à omissão de alguns partidos, ficam criadas as condições para um conflito latente de competências de demolidoras consequências para a estabilidade das instituições democráticas e para o prestígio dos diferentes Órgãos de Soberania, tal como adverti na comunicação que fiz ao País, pela rádio e pela TV, em 10 de Maio último.

Infelizmente, é nesta situação que nos encontramos hoje. Importa, por isso, pôr-lhe cobro com urgência e tentar superá-la com flexibilidade e imaginação, mas sem menosprezo dos princípios constitucionais — se quisermos realmente viabilizar em Portugal um Estado democrático e internacionalmente respeitado. Não há outro caminho porque o nosso regime é mesmo semipresidencialista e não parlamentar ou presidencialista.

*Aplausos do PS.*

Acerca deste Governo, da sua composição e Programa, tudo foi já dito. A honorabilidade das pessoas que o compõem não está, evidentemente, em causa. E a estas, no plano pessoal, depois de tantas horas de críticas acerbas, não quero deixar de dizer uma palavra de simpatia.

O problema é estritamente político. O debate, desde o primeiro dia, mostrou a insanável incongruência deste Governo e, também, o pecado original da sua formação, ao arreio do disposto na Constituição da República.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Os Ministros apresentaram-se a esta Câmara na defensiva, como que a pedirem desculpa de aqui estarem — de aqui estarem por vontade de outrem, que não a deles, como nos explicaram. Com alguma razão o fizeram: politicamente só se representam a si próprios, visto que nunca foram sufragados pelo voto popular.

*Aplausos do PS e da Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira.*

Ora, em democracia não há outro critério de escolha para os dirigentes políticos. Um governo de independentes, que se afirmam desligados dos partidos, sem base parlamentar e sem apoio partidário expresso, é fenómeno que não se conhece em nenhuma democracia.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Um dos primeiros intervenientes no debate, representante de um partido que se definiu como de oposição ao Governo, mas que — declarou igualmente — não o deseja inviabilizar, disse dele uma

das coisas mais terríveis que aqui foram produzidas: que era um governo híbrido, metade Marcelo Caetano metade Vasco Gonçalves, condenado a adiar — segundo ele, uma vez mais — as opções inadiáveis que se impõem.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Sá Carneiro (PSD):** — Não é exacto!

**O Orador:** — Porque terá optado então o ilustre Deputado e o seu partido por não inviabilizar, desde logo, um tal governo, como logicamente parecia dever impor-se? Ao que nos explicou, apenas para evitar um mal maior. Foi-lhe perguntado: qual? Respondeu, depois: o vazio do Poder. Ora, o vazio do Poder é hipótese que, neste caso, representa um risco menor, dado que — como foi dito e redito pelos membros do Governo —, se o Programa for rejeitado, o Governo será naturalmente demitido, mas permanecerá em funções até que outro seja nomeado.

Aqui, sim, aplica-se em pleno o comando do n.º 4 do artigo 189.º da Constituição. E se este Governo se apresenta à partida com tantas limitações — e com um horizonte temporal tão curto —, mal se compreenderia, como notou Freitas do Amaral, que ele aspirasse, em qualquer caso, a mais do que à simples gestão dos negócios correntes.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim, a diferença qualitativa entre um tal governo e um governo demitido, por não ter conseguido a investidura da Assembleia, nunca seria muita. Donde se poderá concluir que o vazio de Poder provocado pela rejeição do Programa não representará grande perigo.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Haverá então outros males previsíveis no caso de o Governo não vir a ser investido, para além da formação necessária de um IV Governo — hipótese que o próprio Presidente da República admitiu como o que há de mais natural na sua conferência de imprensa? Ninguém falou desses males de maneira concreta. Mas não será que começam a fazer-se sentir certos condicionalismos psicológicos tendentes a projectar receios menos ortodoxamente constitucionais?

*Vozes do PS:* — Muito bem!

**O Orador:** — Não será essa sombra que pesa já, subtilmente, sobre parte desta Assembleia?

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — É, porém, incontestável que a teoria invocada de «evitar um mal maior» sempre conduziu, ao longo da história, a toda a espécie de capitulações.

*Aplausos do PS e da Sr.ª Deputada Carmelinda Pereira.*

Tal teoria justificou Pétain contra De Gaulle, o 28 de Maio contra a República e justificou também

— não nos esqueçamos nesta Sala — a adesão, embora com reservas, ao marcelismo em detrimento da resistência na oposição democrática.

*Aplausos do PS e dos Srs. Deputados Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues.*

**A Sr.ª Helena Roseta (PSD):** — Isso é miserável! Não insulte as pessoas!

**O Orador:** — Não interrompi ninguém e penso que a minha bancada também não interrompeu. Portanto, era útil que me deixassem falar.

*Aplausos do PS.*

Agora, como no passado, o Partido Socialista assume posições claras.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito pouco claras!

**O Orador:** — Entendemos ser necessário defender prioritariamente a democracia.

Preocupados sempre em estabelecer compromissos políticos tendentes a evitar que se cavem mais as divisões entre os Portugueses, a impedir confrontações violentas e a buscar a concertação e o diálogo, nunca transigimos, porém, nem transigiremos em matéria de princípios.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E a razão principal por que nos dispomos a não deixar passar este Governo, com o nosso voto, é, antes de mais, por uma questão de princípio.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — O que está em jogo — para além de tudo o resto, e que é muito — é a defesa do regime dos partidos, que a nosso ver se identifica com a democracia, o respeito pela Constituição sem prejuízo das modificações correctivas que no momento próprio lhe venham a ser introduzidas e o equilíbrio dos poderes do Estado para maior prestígio dos diferentes Órgãos de Soberania, na sua interdependência e separação.

Podemos compreender, eleitoralmente, o posicionamento dos partidos que apostam, com maior ou menor clareza, em deixar passar este Governo — embora mantendo a distância de uma posição prudentemente proclamada. Em alguns meses, o mito dos chamados independentes e das autoproclamadas competências — cuja revelação, curiosamente, não foi muito exuberante neste debate . . .

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . estaria completamente desfeito, como sugeriu o Prof. Sousa Franco. Não pomos um momento em dúvida que assim sucederia, com uma equipa governamental tão heterogénea, sem pensamento político próprio, e que se afirma inexperiente na área política. No plano de interesse partidário, a passagem deste Governo teria para nós, socialistas, vantagens consideráveis. Em alguns meses a nossa

política estaria justificada perante a opinião pública — como já agora aparecem justificados, aliás sem grandes protestos, os Programas dos dois primeiros Governos Constitucionais com a apresentação do Programa deste III Governo, sobre eles decalcado sem imaginação e sem respeito pelo princípio internacionalmente consagrado do *copyright*.

*Aplausos do PS.*

As inevitáveis erosões provocadas no Partido Socialista por dois anos de governo e sempre consideradas por nós com um risco calculado estariam saídas, ao mesmo tempo que seria previsível que um enorme desgaste começasse a projectar-se sobre a equipa Nobre da Costa e o que é muito mais grave para a democracia, sobre a figura do Presidente da República, que não deixaria de ser responsabilizado por todas as insuficiências, incongruências e eventuais inépcias deste Governo. Mas tais cálculos eleitoralistas não interessam ao País. A teoria de capitalizar eleitoralmente na oposição, reclamando o que se sabe impossível de obter e criticando o que se conhece estar patrioticamente justificado, como a política de austeridade, não é próprio de um partido responsável.

*Aplausos do PS.*

Como não é comprehensível que num momento de crise, como o actual, qualquer partido se recuse, *in limine*, a assumir responsabilidades de poder.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tais cálculos, por mais hábeis, não serão compreendidos pela opinião consciente.

**Vozes do PS e CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso nada justifica o gravíssimo precedente que iria abrir a não rejeição do Programa do III Governo, porque nesse particular estou de acordo com o Sr. Ministro Adjunto: a passagem deste Governo, ainda que com o voto positivo mas cruzado de três moções de rejeição, ou seja, cerca de 75% dos Deputados declarando-se activamente contra a passagem do Governo, representaria, apesar disso, a legitimação, no plano constitucional, de um governo moral e politicamente ferido de morte desde o primeiro dia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Seria qualquer coisa de desprestigiante para as instituições democráticas e ao mesmo tempo seria também a confissão da impotência dos partidos e uma brecha profunda aberta no regime pluripartidário que desde há dois anos nos temos esforçado por implantar em Portugal, nos termos da Constituição.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso, e em consequência, o Grupo Parlamentar do PS decidiu votar não somente a moção de rejeição que apresentou, como, se necessário, votará favoravelmente qualquer das outras,

embora invocando fundamentos próprios e não os alheios.

*Aplausos do PS.*

O que conta para nós é o resultado que de facto se pretende atingir e não aquilo que queira aparentar, escondendo a vontade real para enganar o eleitor ou para possibilitar piedosas justificações *a posteriori*.

*Aplausos do PS.*

O povo português habituou-se a ver o Partido Socialista assumir as suas responsabilidades sem temer os riscos nem se adaptar às modas passageiras.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Lá isso é verdade!

**O Orador:** — Fomos um partido de resistência ao fascismo e por isso muitos de nós conheciam as prisões e os exílios. Estivemos e estamos com o 25 de Abril sem qualquer ambiguidade ou equívoco.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Liderámos o processo da resistência ao totalitarismo quando em 1975 se perfilou sobre o horizonte nacional a ameaça de uma nova ditadura.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Não fugimos então para o estrangeiro . . .

*Aplausos do PS.*

. . . nem nos postergámos ou sequer nos calámos perante os senhores do momento, civis ou militares.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não se esperem de nós mais uma vez transigências acomodatícias ou sequer o silêncio perante a vaga revanchista que sopra agora da extrema-direita.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Somos pela defesa da República e da Constituição tal como a entendemos e até agora aplicámos. Não facilitaremos o trabalho daqueles que, ainda que com pequenos passos subtils, procuram abrir fendas na democracia pluripartidária, que temos ajudado a construir, ou daqueles outros que minam constantemente com argumentos vários e até às vezes pseudoprogressistas a resistência dos democratas na defesa cada vez mais necessária da democracia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Durante os dois últimos anos assumimos no I e II Governos Constitucionais as nossas responsabilidades em circunstâncias nacionais extre-

mamente difíceis que de todos são conhecidas. Não por interesse partidário, . . .

*Risos do PSD.*

. . . mas simplesmente porque fomos os mais votados nas eleições de 1976.

*Aplausos do PS.*

Para isso, de resto, houve eleições e se pediu ao povo para votar, isto é, para através do voto escolher quem o haveria de governar até 1980.

**Vozes do PSD:** — Viu-se!

**O Orador:** — Ora, ainda não houve novas eleições. Quando as houver, o povo dirá de novo quem quer que o governe e nós, socialistas, como sempre, respeitaremos o seu veredito. É nisso que consiste a alternância democrática.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas não se creia que se pode encorajar o voto ou lutar contra o abstencionismo se lhe retirarmos qualquer conteúdo prático. Se o povo viesse a reconhecer que o seu voto serviria finalmente para pouco, na medida em que os governantes não fossem mais escolhidos pelo voto popular ou nem sequer necessitassem de se submeter ao sufrágio, como sucedia nos tempos antigos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É certo que o PS não teve, nem seria de esperar que tivesse em regime pluripartidário, a maioria absoluta. Por isso, por consenso unânime desta Câmara, governou só com alguns independentes, que se declararam seus simpatizantes, apoianto-se numa maioria flutuante e fazendo acordos pontuais com todos os outros partidos, e se apoiou depois durante o II Governo numa maioria mais estável, dado o acordo político com incidência governamental que estabeleceu com o CDS. Mas, mesmo durante esse segundo período, a lei contra as organizações fascistas, por exemplo, foi aprovada com base noutra maioria circunstancial: PS/PCP. É o que há de mais normal num regime pluripartidário quando nenhum partido detém a maioria absoluta e muitas vezes só há, por abstenção de algum ou alguns, maiorias relativas. Note-se que, durante a crise que resultou da queda do I Governo, o PS sugeriu ao Presidente da República que convidasse para formar Governo o presidente do maior partido da coligação negativa que derrubara o Governo, ou seja, o PP/PSD.

Os outros partidos, a começar pelo PSD, e o próprio Presidente da República não entenderam assim, e por isso, mais uma vez por consenso, se voltou a uma solução de base socialista, que, dados os resultados eleitorais, é evidentemente a mais defensável e natural.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Por consenso?

**O Orador:** — Sucede que o PS, pelas especiais responsabilidades que resultam de ter sido o partido mais votado, se recusou sempre a formar ou mesmo a alinhar em blocos antagónicos à direita ou à esquerda, que conduziriam, a nosso ver, ao agravamento das divisões existentes na sociedade portuguesa, e a provocar, porventura, confrontações violentas de que a nossa história regista alguns exemplos nada edificantes.

Graças a uma tal política, vivemos durante os dois últimos anos um clima de progressiva calma e paz civil, como sublinhou o Presidente da República no seu último discurso, substituindo as antigas manifestações e até confrontações de rua por uma política de concertação e de paciente diálogo e tolerância.

O futuro dirá, e talvez os Portugueses se venham então a lembrar disso com alguma mágoa, se tivemos ou não razão na política prosseguida por formas diferentes, mas sempre com a mesma preocupação de moderação e equilíbrio. Aliás, o III Governo, com a heterogeneidade e as dosagens da sua composição, obedecendo a pressões divergentes na mira de agradar a interesses contraditórios, revelou, de algum modo, idêntica preocupação, mas fê-lo da pior maneira, metendo no mesmo executivo pessoas ditas independentes, mas com orientações de fundo diametralmente opostas e escolhidas para neutralizar posições antagónicas. Foi uma maneira inábil e potencialmente explosiva de atalhar uma contradição de fundo que é efectiva na sociedade portuguesa, mas que afinal não agradou nem a gregos nem a troianos, como já reconheceu o Sr. Primeiro-Ministro.

Pior ainda, que poderá vir a ter consequências de alguma gravidade no plano interno e mesmo internacional, por atingir a nossa credibilidade democrática.

**Vozes do PSD:** — Oh! Oh!

**O Orador:** — Tudo isso tem agora menos importância. O II Governo, seja qual for o resultado da votação a que se vai proceder, é já o passado, e o que interessa aos Portugueses primordialmente é o futuro. Foi nessa perspectiva, aliás, que nos colocámos quando, depois de duas semanas de expectativa e de silêncio, compreendemos que este Governo não tinha condições mínimas de durabilidade, solicitando os diferentes grupos parlamentares para encontros bilaterais no sentido de abrir novas vias de diálogo interpartidário.

A iniciativa, como, aliás, os diferentes partidos compreenderam e nós desde o início acentuámos, não tinha intenções imediatistas e não foi, repetimos, dirigida contra ninguém. Não se destinou também a criar falsas expectativas ou a sublinhar uma posição donde, vallha a verdade, não poderemos sair enquanto os resultados eleitorais forem os que temos hoje. Destinou-se simplesmente a procurar restabelecer o diálogo e a fazer com rigor a prospecção das possibilidades de algum entendimento interpartidário a prazo razoável.

Com a correlação de forças actualmente existente no plano político-partidário e social, importa reconhecer que este país não é fácil de governar, sobretudo dadas as dificuldades económicas conhecidas e as reivindicações legítimas e não satisfeitas que a liberdade veio consciencializar. Extensas camadas da

sociedade portuguesa vivem francamente mal, não vêm os seus problemas resolvidos e têm por isso abundantes razões de queixa. Não se creia, contudo, que é fácil dar satisfação a curto prazo a tal descontentamento.

O Ministério das Finanças teve ao menos o mérito de o repetir ontem aqui com crueza chã. É uma aprendizagem que o povo português terá de fazer à sua própria custa.

Não é possível pensar sequer em recuperação económica sem o mínimo de estabilidade política. Por isso foi grave, muito grave mesmo, romper inconsistentemente o precário equilíbrio conseguido pelo II Governo, em seguito, aliás, do que se obtivera com o I Governo, com resultados altamente positivos que o tempo e a calma das paixões não deixam de realçar.

Os actuais Ministros estão bem colocados para o compreenderem já e, honra lhes seja feita, não deixaram de ter hombridade de o reconhecer nesta Sala.

O Partido Socialista não tem, mais uma vez o afirmo, pretensões hegemónicas nem deseja posições de poder que não mereçam um consenso democrático nem resultem do voto popular.

Por outro lado, reafirmo solenemente que o Partido Socialista não tem quaisquer ressentimentos contra ninguém e declara-se aberto ao diálogo como sempre esteve. Mas também não aceita, sem novas eleições, que se procure defraudar, à sua custa, a vontade popular expressa em Abril de 1976.

*Aplausos do PS.*

É o respeito pela democracia, mais do que o interesse partidário próprio, que nos obriga a proceder assim.

Qualquer solução democrática, e é a lição destes dias que o Presidente da República certamente não deixará de tirar, passa por uma concertação prévia entre o Presidente e os partidos, e entre estes, naturalmente, pelo maior deles, que é o PS.

Se se vier a verificar a não investidura do actual Governo, o PS declara-se pronto, desde logo, para analisar com o Presidente da República e os demais partidos aqui representados, em espírito de total abertura e cooperação, todas as possibilidades de encontrar uma rápida solução governativa para a crise.

Solução que, a seu ver, não poderá ser obtida à margem dos partidos e terá de contar, desde início, com o apoio parlamentar. O PS não considera que o novo Primeiro-Ministro, nessa hipótese, deva ser, necessariamente, um socialista. Pensa, sim, que, à partida, terá de ser alguém que, naturalmente, mereça a confiança do Presidente da República, mas que tenha também — e foi o que parece ter faltado, infelizmente, ao engenheiro Nobre da Costa — uma caução partidária que permita ao futuro Governo passar, sem dificuldades, na Assembleia da República. Para tanto, importa que as linhas orientadoras do Programa e a nova equipa ministerial sejam o menos controversas possível para que o Governo possa durar até 1980 — sem prejuízo da moção de confiança a apresentar, referida pelo Presidente da República no seu último discurso —, poupando assim o País ao recurso a eleições antecipadas.

Uma vez que o Presidente não quer ser ele próprio um homem de partido — o que bem se comprehende que não queira, não só por ser militar no activo, mas dadas também as condições da sua eleição, que contou com o apoio de três partidos diferentes —, no actual contexto de democracia pluripartidária não se vê qualquer outra alternativa.

Recorde-se que em Dezembro último, ao derrubarem o I Governo Constitucional, os partidos que o fizeram não se obrigaram a apresentar ao País qualquer alternativa. Foi ainda o PS vencido nesta Assembleia, que a encontrou, com o apoio do Presidente da República, e no diálogo com os outros partidos.

**O Sr. Presidente:** — Chamo a atenção do Sr. Deputado para o facto de que o seu tempo se está a esgotar.

**O Orador:** — Não foi o Partido Socialista, como todos sabem, que criou a situação actual. Pelo contrário, fez tudo o que politicamente podia para a evitar. Poderíamos, pois, remetermo-nos agora à cômoda atitude de oposição, até às próximas eleições. Se for essa a vontade expressa por esta Assembleia, assim faremos, de resto, com perfeita tranquilidade e satisfação de consciência.

Mas como partido responsável que nos prezamos de ser, não nos confinamos numa posição negativista. Queremos abrir caminho a uma solução democrática, mesmo que não passe necessariamente pela nossa participação no Governo. Quaisquer que tenham sido as divergências surgidas, durante a actual crise, entre o Presidente da República e o PS, julgamos ser nosso dever dar-lhe o nosso contributo para se encontrar uma saída democrática de consenso interpartidário que permita superar o aparente impasse actual. Fá-lo-emos, como dissemos, em espírito de total abertura. Não nos enquistaremos nos vossos pontos de vista e saberemos dar passos positivos para ir ao encontro das posições dos outros partidos.

Isto, independentemente do recurso, ou não, a eleições antecipadas. Eleições que o PS, por razões de interesse nacional, não deseja, mas que também não teme. Porque, para nós — como sempre temos dito —, o importante é ser capaz em todas as circunstâncias de respeitar a vontade popular.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Entretanto, é a vez de o Sr. Primeiro-Ministro fazer a sua intervenção. Porém, se o Sr. Primeiro-Ministro quiser e se a Câmara não se opuser, poderíamos fazer um pequeno intervalo.

No entanto, se o Sr. Primeiro-Ministro se encontra disposto e quiser intervir já, dar-lhe-ei já a palavra.

*Pausa.*

Uma vez que já está preparado, tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro (Nobre da Costa):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois de alguns dos mais ilustres oradores do País terem, nesta Câmara, feito os seus discursos correspondentes ao encerramento do debate sobre o Programa deste Governo,

receio que VV. Ex. as fiquem desapontados com a simplicidade das minhas palavras.

Falo, sabendo já, face à posição dos diferentes partidos e nomeadamente do PS, que, pelo menos, uma das moções de rejeição será aprovada. Falo, portanto, à vontade e com a possibilidade de dizer algumas coisas simples, mas que julgo que devem ser ditas e que todos devem ouvir.

Quando o Sr. Presidente da República me chamou e perguntou se eu aceitava ser indigitado Primeiro-Ministro para formar o III Governo Constitucional, como já tive ocasião de dizer, fiquei muito surpreso e verifiquei logo as enormes dificuldades que teria de atravessar. Mas, face ao impasse político que se verificava existir neste momento, pensei que teria possibilidade de constituir um governo que os partidos representados nesta Assembleia minimamente aceitassem para poder governar o País durante um período de tempo limitado, sem ambições políticas, sem desejos de guardar o poder. Foi nessa base que aceitei o encargo que o Sr. Presidente da República me deu e que imediatamente iniciei contactos com os cinco partidos aqui representados, no sentido de tentar estruturar um governo onde esses partidos participassem.

Duraram cerca de dez dias os contactos com os partidos e, como é do conhecimento público, as conclusões finais foram negativas. Com efeito, o Partido Comunista Português, logo de entrada, disse que não desejava participar nesse governo. Restavam ainda os três partidos com quem mantive contactos, tendo o PSD e o CDS tomado atitudes positivas que permitiam prever o encontro de uma fórmula que merecesse a aceitação deles, desde que o PS também entrasse para esse governo. O PS, por razões — o que aliás me foi dito — que eram estranhas à minha pessoa, mas estavam ligadas à forma como o meu nome havia sido indicado ao Partido Socialista pelo Sr. Presidente da República, não quis participar no Governo em nenhuma das duas fórmulas que propus.

Nessa altura eu estaria em posição de poder desistir de formar governo ou de dever continuar com o encargo que tinha aceite. Porém, resolvi continuar, por recuar — como efectivamente se tem vindo a verificar — que, não havendo um acordo mínimo entre os partidos, existisse efectivamente um vácuo de poder, problema que a fórmula de um governo independente poderia resolver. E deixemos por agora este assunto, que retomarei mais adiante.

Com efeito, a base de pensamento que me serviu e orientou enquanto constituía este Governo foi a consciência de que o País atravessa gravíssimos problemas económicos e que, sem a resolução rápida — e infelizmente essa resolução não pode ser rápida! — e sem um apoio rápido à continuação de uma política económica que vinha sendo exercida, isso poderia ter consequências extremamente graves.

O debate que se realizou aqui na Assembleia, nestes últimos dias, deixou-me a sensação extraordinária de que, neste momento, ainda não há, da parte de todos os Srs. Deputados, consciência do verdadeiro perigo e gravidade da situação económica do País!

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — É verdade que durante o último ano, durante os últimos meses de vigência do I Governo Constitucional e durante a vigência do II Governo Constitucional, foi possível, através de um certo número de medidas acertadas que foram tomadas, conseguir, no campo internacional, um apoio financeiro que veio resolver por uns largos meses os nossos problemas em matéria de finanças. Mais do que isso, como é do conhecimento geral foi possível ao País recuperar algum ouro que se havia vendido ou hipotecado e, portanto, até graças à valorização que o precioso metal entretanto tinha tido, foi possível fazer operações financeiras altamente favoráveis. Mas isto não chega.

Conforme o Sr. Ministro das Finanças, na exposição que ontem fez, mostrou, os problemas económicos não se compadecem com paragens, com hesitações ou com soluções de continuidade. Os problemas económicos não podem deixar de ser estreitamente seguidos por um governo de pessoas que os compreendam e sejam capazes de os resolver e ir administrando. Sem governo ou com um governo que, por razões que ele saberá melhor interpretar, não exerce completamente as suas funções não é, efectivamente, possível resolver os nossos problemas económicos. E foi deste modo que eu, os Ministros e os Secretários e Subsecretários de Estado que aceitaram formar esta equipa se mobilizaram. No nosso espírito há apenas o pensamento patriótico de assegurar, enquanto necessário, a gestão do País.

Penso que para a democracia portuguesa há muito mais perigo numa deterioração da situação económica, mais ainda, numa não recuperação progressiva da situação económica, do que na passagem incidental, como tem sido dito, politicamente aberrante, de um governo de independentes sem assento na Assembleia e sem filiação partidária, mas que sejam capazes de gerir a coisa pública do País.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta Assembleia não pensa deste modo e está no seu direito. A minha posição e a do meu Governo é a que assumimos desde o primeiro dia: se a Assembleia nos rejeitar, iremos embora. Pior! ... Não nos podemos ir embora, e não podemos fazê-lo porque os partidos políticos revelam, pelos discursos que aqui foram apresentados, que, passados não sei ao certo quantos dias, mas mais de dois meses, pelo menos, sobre o início da crise, não só não fizeram nenhum progresso como antes, pelo contrário, dão a sensação de que as suas relações se terão, possivelmente, agravado.

Deste modo, os partidos têm, neste momento, à sua disposição uma fórmula extremamente cómoda: têm um governo de gestão, que não se pode ir embora, e têm também a sorte de esse governo ser um governo de patriotas, que não vai amuar, que não vai para casa e que vai, enquanto o Sr. Presidente da República assim o quiser, continuar a gerir este país da melhor forma possível.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao longo do debate para crítica e discussão do Programa do Governo foi este Governo muito fortemente atacado e, obviamente, muitas

vezes com extrema injustiça. Foi apodado de ser um governo ligado à Constituição de 1933; foi apodado de ser um governo do 28 de Maio e foi apodado de ser um governo situado ainda mais à esquerda do que o anterior. E note-se que estas três acusações foram feitas pelo mesmo partido.

*Risos do PSD.*

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — Mais ainda, foram feitas pelo mesmo orador.

*Risos.*

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — Fomos acusados de tecnocratas — e parece que isto é um insulto —, de arrogantes e de ser gestores, que isso somos!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Houve, até, quem pusesse em dúvida o que seria esse bicho político estranho que era um independente. No entanto, segundo o próprio Partido Socialista, os independentes foram pessoas que asseguraram homogeneidade ao I Governo Constitucional ...

*Risos do PSD.*

... no II Governo Constitucional parece que, a princípio, havia um independente, que o CDS aceitou durante algum tempo, até que, ao fim de alguns meses, descobriu que esse elemento tinha um alinhamento político inconveniente; ...

*Risos do PSD.*

... depois do II Governo Constitucional o desaparecimento dos independentes mudou o nome do Governo, pois que este deixou de ser homogéneo e passou a ser estável! ...

*Risos do PSD.*

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Não brinque com coisas sérias!

**O Orador:** — Ora, todos os independentes que estão neste Governo são pessoas que, não sendo apolíticas e não deixando de ter as suas crenças políticas, não estão filiadas em partidos, o que não quer dizer que tenham desinteresse pela política. Em Portugal haverá, talvez, neste momento, 6 milhões de eleitores inscritos e, segundo dizem, há mais de 1 milhão de eleitores potenciais, mas que não estão inscritos. Deste modo teremos, portanto, uma população de 7 milhões de eleitores; de que não sei quantos estarão inscritos em partidos.

É claro que se formos perguntar aos partidos quantos são, o Partido Comunista dirá, como já anunciou há pouco, que tem 140 000 activos.

**A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP):** — Mais ainda, Sr. Primeiro-Ministro!

**O Orador:** — Daí se deduz que há ainda outros que não são activos, mas que também estão inscritos . . .

*Risos.*

. . . e que constituem, seguramente, a reserva estratégica do partido.

*Risos.*

Quanto aos outros partidos também eles têm números muito elevados de militantes. Assim, admitamos que, em Portugal, há 500 000 pessoas inscritas em partidos, o que suponho ser um exagero. Deste modo ficam ainda 6,5 milhões de independentes . . .

*Risos.*

. . . e há, portanto, 6,5 milhões de indivíduos «anômalos» . . .

*Risos.*

. . . em Portugal, que não se inscreveram num partido, mas que votam.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esses 6,5 milhões de independentes votam e se houver eleições antecipadas vão votar brevemente; se não for o caso, votarão em 1980. E queria fazer aqui um pequeno parêntesis, porque não posso deixar de fazer um comentário ao facto de, passado tanto tempo sobre as eleições de 1976, a Assembleia da República não ter tido ainda tempo de aprovar os diplomas que permitissem fazer, sem grandes sobressaltos, uma eleição.

**O Sr. Costa Moreira (PS):** — Tem alguma coisa com isso?

**A Sr.<sup>a</sup> Alda Nogueira (PCP):** — Tem, sim senhor . . .

**O Orador:** — Tenho, porque sou cidadão e fui eleitor.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, portanto, um dos problemas com que o País se confronta neste momento resulta do facto de a Assembleia da República não ter, até à data, preparado todos os diplomas necessários para que possa ser feito um recenseamento que, creio, todos os portugueses reconhecem ser uma condição indispensável para que se possa fazer uma nova eleição significativa.

É claro que a Assembleia e o Sr. Presidente da República poderão concertar de forma diferente, assim como poderá, ainda, suponho eu, haver uma nova eleição com base no recenseamento actual, com todos os defeitos que isso implica.

Quanto ao Programa do Governo propriamente dito, porque as condições em que a sua discussão foi feita, aliás com o acordo prévio do Governo — portanto, não me estou a queixar, estou apenas a constatar um facto —, não deram tempo suficiente para que, sendo eles catorze, mais de cinco Minis-

tros pudessem usar da palavra, o que se prestou a que nos dissessem: mas, afinal, aqueles bons gestores não foram capazes de gerir melhor o seu tempo? Pois, na verdade, não fomos, e não creio que se possa acusar os Ministros que intervieram de terem dito pouco e falado muito e, sobretudo, creio que se tem de reconhecer que o número de perguntas que lhes foi posto foi muito elevado e que o tempo das respostas também conta. Por esse motivo muito do que havia para dizer não foi dito. Por meu lado, não vou, naturalmente, responder aqui a tudo o que ficou por responder, mas gostaria de fazer alguns pequenos comentários.

Em primeiro lugar, as críticas foram divergentes: o Programa era muito grande; o Programa estava incompleto; o Programa omitia coisas importantíssimas, como, por exemplo, foi dito que nada tinha acerca da recuperação da Setenave e da CP. É, de facto, extraordinário que quando se pensa que o Programa é muito grande, se estranhe que ele não tenha a forma de recuperar a CP e a Setenave. E tanto mais me espanta quanto esta pergunta surgiu da bancada de um dos partidos que se encontravam no Governo.

Ora, a verdade é que o Programa foi elaborado em muito poucos dias e portanto, sob pressão, como todos os Srs. Deputados que já foram membros do Governo e que já participaram da execução de um Programa sabem.

E mais ainda: como começa a existir uma máquina administrativa competente no nosso país o Programa do III Governo Constitucional foi feito, em grande parte, exactamente pelas mesmas pessoas que fizeram o do II e o do I Governos.

Como eu tinha anunciado antes e porque, por um lado, pensava que quer o Programa do I quer do II Governos Constitucionais não tinham erros de fundo nem defeitos que necessitassem de ser sancionados, achei que o Programa deste Governo, até para respeitar uma continuidade de governação, deveria basear-se nesses programas. Lamento se não perguntei aos partidos do Governo o montante do copyright respectivo, mas estarei disposto a iniciar conversações sobre esse assunto, se o Partido Socialista e o CDS assim o exigirem . . .

*Risos do PSD.*

Lamento que o que estou a dizer, em profundo espírito de seriedade, tenha provocado alguns risos, porque não era essa a minha intenção. Aliás, se alguém se riu com o que eu disse, não faz mais do que confirmar uma profecia que, numa entrevista dada na semana passada a um jornal semanário, alguém aqui presente fez no sentido de que este Governo de pseudocompetências ainda havia de fazer rir muito este país dentro deste hemicíclo e fora dele! . . .

*Aplausos de alguns Deputados do PS.*

A discussão do Programa do Governo não nos permitiu fazer o País rir; inconscientemente, parece-me que agora estou a cumprir a dita profecia.

Mais concretamente, em relação ao Programa do Governo, vou rapidamente debruçar-me sobre alguns dos pontos que me pareceram mais controversos e que podem, eventualmente, ter deixado qualquer dú-

vida. O primeiro problema é o das indemnizações. Isso foi muito discutido. As opiniões manifestadas foram muito contraditórias, mas quero manter que aquilo que se diz no Programa é a intenção de cumprir a lei das indemnizações.

Em relação às desintervenções também foi perguntado e não houve tempo de dar uma resposta sobre qual seria a política deste Governo. A política do III Governo Constitucional seria, já não é, prosseguir a política que até há cerca de um ano o I Governo Constitucional encetou. Depois houve um abrandamento, e esse abrandamento acentuou-se durante o período de vigência do II Governo Constitucional.

Isto não é uma crítica, é a constatação de um problema: é que as desintervenções que falta realizar são todas extremamente complexas. São muito complexas, dado que se trata das empresas que não foi possível desintervencionar directamente porque apresentam situações de falência gravíssimas e têm de ser transformadas, em quase todos os casos, em empresas de economia mista ou em empresas estatais. Isso é difícil porque para fazer essa transformação é preciso dinheiro e o Orçamento Geral do Estado não tem verbas para isso, mas dentro das limitações apontadas será essa a política.

Também pareceu gerar-se um mal entendido sobre a intenção do Governo de fazer a consolidação do sector público. O Sr. Ministro das Finanças respondeu ontem, parcialmente, a esta questão, mas, porque considero que é importante, quero dizer que a intenção do Governo ao escrever consolidação do sector público é, primeiro, mantê-lo como sector público que é, sob a égide do Estado; segundo melhorar a sua gestão; terceiro, quando isso for aconselhável, rever a forma como as empresas criadas foram estruturadas.

A seguir pairou igualmente uma dúvida sobre se a intenção de apoio ao sector privado que figura no Programa teria tanto peso como a intenção de consolidar o sector público. É evidente que, sendo o sector público dependente do Estado, se aplica aí a palavra consolidar. Em relação ao sector privado, que depende das entidades privadas, parece-me que a função do Governo será a de apoio.

A política de desemprego foi outro problema que me parece que não ficou perfeitamente esclarecido. Como é sabido, o problema do desemprego é um dos maiores flagelos que actualmente afectam a nossa economia. E, mais do que isso, há muito poucas ou nenhuma perspectivas de lhe poder acudir rapidamente. Os investimentos em curso são, fundamentalmente, de capital intensivo. Por vocação, aliás, os empreendimentos de maior intensidade de mão-de-obra são da vocação da indústria privada, e o investidor privado em Portugal continua neste momento — face a imensas incógnitas e indeterminações, nomeadamente à não possibilidade do pagamento até agora das prometidas indemnizações — a não poder investir.

Ao longo do debate fiquei impressionado com o facto de que, praticamente, não houve críticas, ou elas foram reduzidas a um mínimo, só a um ou dois comentários, em relação a alguns dos capítulos do Programa que eu considerava mais controversos e até talvez incompletos. Refiro-me, por exemplo, à

política de trabalho, à indústria, aos transportes e comunicações, à comunicação social, à administração pública, ao comércio e turismo, à justiça. Sei que os Ministros destas pastas não falaram e portanto não deram oportunidade a um período de perguntas e respostas. Mas, como é evidente e já expliquei, só cinco Ministros é que tiveram tempo para falar. Se, efectivamente, houvesse da parte dos partidos dúvidas ou interesse de maior nestes capítulos . . .

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Não houve tempo. O problema é de tempo . . .

**O Orador:** — . . . , talvez algum dos oradores pudesse ter feito intervenções de fundo acerca deles.

Outro ponto que julgo ainda dever acentuar é o seguinte: este Governo, se viesse a governar a corpo inteiro — que parece que não vai ser o caso —, iria basear essa governação mais numa gestão rápida e eficiente do que num programa muito grande. Os programas fazem-se, quer em política, quer em governação, quer ao nível empresarial, mas não se fazem necessariamente para cumprir.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Deles constam as linhas-mestras e a orientação a seguir, e é muito mais importante que um determinado programa sirva de base à tomada de um número elevado de acções do que esse programa, depois de feito, fique na gaveta e a governação decorra docemente, molemente, com poucas iniciativas e passem os meses sem que os grandes problemas nacionais começem sequer a ser resolvidos.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por exemplo, poderia citar o seguinte: foi acentuada, durante o debate, por um Deputado a urgência que havia em definir uma política energética. Em Dezembro de 1977 foi entregue — e li-o, porque o recebi na altura — o relatório da comissão encarregada de fazer o livro branco sobre a energia nuclear. Havia a intenção de o Governo entregar esse livro à Assembleia da República, para discussão, o mais rapidamente possível. Soube há dias que o mesmo foi para a tipografia em Julho e que estará impresso, possivelmente, em Outubro. Como é que num país um relatório vital ao estabelecimento de uma política energética pode demorar dez meses desde que sai das mãos dos autores até que chegue, eventualmente, à Assembleia da República . . .

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — . . . que, por sua vez, e com os devidos respeitos, dada a experiência anterior, demorará também muitos meses antes que defina essa política?! . . .

Também gostaria de dizer qualquer coisa sobre uma acusação que foi aqui feita algumas vezes, de forma mais ou menos depreciativa, em relação a este Governo. Fomos chamados de «governo de mandarões» do Presidente da República e os «reis magos de Belém».

*Risos.*

Pacientemente sentado ali na bancada do Governo — sofrendo durante um total de vinte e duas horas e trinta minutos, se as minhas contas não estão erradas, a acção de uma temperatura desgastante — ouvi e pensei: que pena que é que em Portugal, para se discutir, ainda seja preciso fazer acusações tão falsas como estas. Já disse antes, e torno a repetir, que o Sr. Presidente da República me convidou para formar governo e respeitou, totalmente, a sua posição constitucional. Este Governo estará mal feito, aos olhos do Partido Comunista Português, porque tem lá membros de partidos da direita, e, aos olhos do CDS, porque, sem pudor, este partido tem acusado o Governo de conter neocomunistas — e algumas nem tiveram o cuidado de lhe pôr o *neo!* . . .

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Isso não é uma acusação . . .

O Orador: — V. Ex.<sup>a</sup> importa-se de não me interromper? Estou a fazer o encerramento de um debate, não estou numa polémica parlamentar. Se quiser discutir, também sou capaz de discutir consigo, Sr. Deputado.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Vamos a isso, Sr. Primeiro-Ministro. Vamos a isso . . .

O Orador: — Agora não . . .

Gostava de saber onde e há quanto tempo o CDS conhece ou descobriu o comunismo dos membros deste Governo. Também gostava de saber como é que, tendo o serviço de informações do CDS tão rapidamente feito essa descoberta, demorou tanto tempo a descobrir coisas tão horríveis em relação ao antigo Ministro da Agricultura e Pescas!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É preocupante, de facto, que um partido responsável se tenha lançado numa espécie de histeria política que não comprehendo . . .

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Não dou, Sr. Deputado. Desculpe.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — É pena!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Isso não é democrático!

O Sr. António Arnaut (PS): — Que faria se fosse governo! . . .

*Agitação na Sala.*

O Orador: — Queria ainda dizer, porque acho essencial que fique para a história, que houve pessoas, que estão sentadas nesta Sala, que durante o debate contactaram o Governo e sugeriram que ele se demitisse para evitar o problema de ter que haver uma rejeição do seu Programa. Havia problemas com a ordem de entrada das moções de rejeição, e, se o

Governo se demitisse, esses problemas resolviam-se. Como se fosse possível que eu e os Ministros que fazem parte deste Governo, tendo aceite vir aqui, depois de termos feito o trabalho que fizemos, depois de termos suportado as agressões verbais que nos fizeram, pedíssemos a demissão! Que cómodo que era para esta Assembleia!

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Para nós não era cómodo!

O Orador: — Mas então o que é que o País fica va a pensar de nós?

Finalmente — estou a alongar-me mais do que pensava, não sou de muitas palavras, mas estou a falar muito —, diria o seguinte: se, como parece certo, uma ou mais das moções de rejeição forem aprovadas por esta Assembleia e o Governo não passar, confesso que não tenho a certeza de que os Srs. Deputados tenham plena consciência das consequências desse acto.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Temos sim!

O Orador: — Como já disse há pouco, o problema a curto prazo está resolvido, pois há um Governo em S. Bento, há Ministros nas repartições, mas os partidos já revelaram que, entretanto, não têm nenhuma solução na manga . . .

Eu tencionava perguntar, a propósito, se os partidos, ao derrubarem este Governo, tinham uma solução na manga. Já sei, pelo que ouvi nos discursos que aqui foram feitos, que não têm.

E agora falo como português, e não como Primeiro-Ministro derrubado. É muito preocupante que, ao fim de mais de dois anos de funcionamento da Assembleia ainda não haja possibilidade de se encontrar uma solução democrática de governar com estabilidade. Como é que este pobre País vai sobreviver?! Como é que a nossa economia vai resistir, se passarmos o tempo a adiar soluções?! A Assembleia vai adiar, mais uma vez, o País. Vai ficar com um governo de gestão que não vai poder ocorrer a todos os problemas, na certeza, porém, de que vamos trabalhar o mais que pudermos e soubermos. Obviamente que, como governo de gestão, pouco poderemos fazer em relação ao que é preciso.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Felizmente!

O Orador: — Esperemos que os partidos resolvam o seu problema, esperemos que dentro de um prazo de tempo, o mais curto possível, nos libertem, nos abram a porta da gaiola.

*Aplausos do PSD e do Sr. Deputado independente Galvão de Melo.*

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, queria perguntar a V. Ex.<sup>a</sup> se, a exemplo do que su-

cedeu no debate da moção de confiançaposta pelo I Governo Constitucional, me será permitido fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Era para um breve protesto acerca de algumas das afirmações do Sr. Primeiro-Ministro. Em primeiro lugar, desejo protestar pelo facto de o Sr. Primeiro-Ministro se ter permitido vir a esta Assembleia criticar a própria Assembleia, pelo que ela fez ou não fez, em momentos anteriores.

*Aplausos do CDS e PS.*

É certo que o Sr. Primeiro-Ministro é um cidadão português que tem liberdade de crítica, mas não foi precisamente na qualidade de cidadão português que falou daquela tribuna, neste momento.

*Aplausos do CDS e PS.*

Quero protestar, em segundo lugar, por certas declarações que o Sr. Primeiro-Ministro se permitiu fazer — ora em tom de crítica áspero, ora em tom de escusada ironia — contra os partidos políticos, em geral, pelo que fazem ou deixam de fazer.

*Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.*

Lamento que o Sr. Primeiro-Ministro tenha querido juntar a sua voz ao coro de tantas vozes radicais e extremistas que alinharam numa campanha contra os partidos, como pretexto para criticar, . . .

*Manifestações de desagrado do PSD.*

. . . prejudicar e desprestigar a própria democracia.

*Aplausos do CDS e PS.*

Em terceiro e último lugar, quero protestar pelo facto de o Sr. Primeiro-Ministro se ter permitido acusar o meu partido — em tom inaceitável — de despudor e outras acusações do género, por ter emitido uma opinião que tem, democraticamente, o direito de emitir quanto às simpatias ou às posições políticas de membros do seu Governo.

Todos os partidos têm o direito de concordar ou não com a presença de certas pessoas e de pessoas com certas posições no Governo. O CDS estava ao corrente das posições dessas pessoas porque elas próprias as têm tomado publicamente e não por qualquer conhecimento privado que tivesse acerca delas.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

O Orador: — Aliás, perguntados sobre as suas ideias políticas e confrontados com a alegação de serem membros simpatizantes do PCP ou do MDP/CDE, nenhuma delas se desmarcou ou desmentiu essa alegação, prova evidente de que a admitiu!

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

O Sr. Octávio Pato (PCP): — Oh, Sr. Presidente?!

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Isto é algum interrogatório?

O Orador: — Quero também dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que não tem o direito de falar a respeito do CDS como falou, porque o Sr. Primeiro-Ministro sabe muito bem que em relação a algumas dessas personalidades foi o Sr. Primeiro-Ministro que nos pôs as suas dúvidas sobre as suas posições políticas.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de responder, dentro deste esquema de protestos e contraprotestos. Se V. Ex.<sup>a</sup> quer responder imediatamente ao Sr. Deputado Freitas do Amaral, responde; se, porventura, quer aguardar a intervenção do Sr. Deputado Salgado Zenha, poderá fazê-lo. A decisão será de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Primeiro-Ministro: — Preferia responder já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Queria apenas dizer ao Sr. Deputado Freitas do Amaral que me admiro muito — depois das coisas que o Sr. Deputado Freitas do Amaral e outros Deputados do seu partido disseram a respeito deste Governo, a respeito da nossa incompetência e a respeito de alguns dos seus membros — que acuse o toque e que se sinta por eu ter respondido um pouco no mesmo tom.

Não respondo às suas restantes observações; apenas o faço em relação a uma que considero que é um bocado grave.

Eu, efectivamente, nas conversações que tive com o Sr. Deputado Freitas do Amaral quando estava a constituir governo, troquei impressões acerca de alguns membros do Governo e sempre disse — aliás do único sobre o qual trocámos impressões e a que se referia agora era um, não era a mais do que um — que havia quem o acusasse de ter ligações ao Partido Comunista mas que eu, pessoalmente, não acreditava nisso. Portanto, não lhe pedi a sua opinião, limitei-me apenas a indicar o nome e a dizer que o considerava a pessoa competente e indicada para desempenhar o cargo para que estava indicada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Nós supúnhamos que o Sr. Primeiro-Ministro iria encerrar o debate sobre este Governo, sobre o seu Programa e a sua actuação, mas verifico que o Sr. Primeiro-Ministro, no fundamental, fez uma profissão de fé contra a Assembleia da República e contra os partidos políticos!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — De modo que nós entendemos que essa sua profissão de fé foi reveladora. Naturalmente que eu comprehendo que um debate democrático implica que se tenha um certo temperamento democrático, pois não basta dizer as coisas, é preciso saber ouvi-las! E se é necessário ter serenidade para dizer coisas, é também necessário ter serenidade para ouvir as coisas!

Essa profissão de fé, no entanto, foi útil porque se verificou — e isto sem qualquer quebra de respeito pelo Sr. Engenheiro Nobre da Costa, que nós respeitamos como pessoa e como técnico, isso está fora de discussão — até pela sua intervenção, que não tem a preparação política suficiente para ser o chefe de um governo democrático!

*Aplausos do PS e de alguns Deputados do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também o nosso grupo parlamentar quer afirmar que não acompanha muitas das considerações e afirmações feitas pelo Sr. Primeiro-Ministro, indiscriminadamente, em relação aos partidos e à Assembleia da República.

Mas a razão fundamental por que pedimos a palavra é para protestámos, uma vez mais, contra as afirmações que o Sr. Deputado Freitas do Amaral acaba de fazer.

Na verdade, nada no nosso regime constitucional reconhece a qualquer partido a postura inquisidora em que o CDS se coloca.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Na verdade, nada que o CDS tenha realizado até hoje — e bem pelo contrário — lhe dá o papel de discriminador de que forças políticas podem ou não podem participar no Governo que o CDS se arroga.

Queremos concluir como dissemos há dias: basta de inquéritos de carácter policial por parte do CDS.

*Aplausos do PCP.*

Basta de lições sobre o 25 de Abril daqueles que estiveram com o 28 de Maio!

*Aplausos do PCP.*

Basta de lições sobre a democracia daqueles que estiveram com o fascismo!

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do CDS.*

Basta de lições sobre patriotismo e sobre a independência dos partidos e o seu sentido de lutar pelos interesses do povo português por aqueles que nunca fizeram qualquer sacrifício em prol deste povo, por aqueles que são, provadamente, o partido mais dependente de centrais internacionais!

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Poderia parecer, à primeira vista, que estes esquemas de protesto e contraprotesto se iriam limitar à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, mas a verdade é que extravasou um pouco esse âmbito e acaba de ser feito aqui um protesto por parte do Sr. Deputado Carlos Brito, pelo que não posso deixar de dar a palavra a quem do CDS pedir para usar dela.

Tem, assim, a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Num breve contraprotesto, naturalmente que não vou cair naquilo que talvez o Sr. Deputado Carlos Brito pretenda e que é converter a sessão de encerramento do debate sobre o Programa do Governo num debate entre partidos . . .

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Os senhores é que começaram!

**O Sr. Alexandre Reigoto (CDS):** — Cale-se!

**O Orador:** — No entanto, o Partido Comunista continua a insistir numa linha que é objectivamente uma linha de calúnia e de difamação.

**Vozes do PCP:** — Essa agora!

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Como tal!

**O Orador:** — Foi o Partido Comunista quem disse, quando o Sr. Presidente da República divulgou o nome da personalidade indigitada para Primeiro-Ministro, que a personalidade em causa tinha um perfil que suscitava ao Partido Comunista as maiores reservas.

**Vozes do PCP:** — E mantém.

**O Orador:** — Ora, isso significa que o Partido Comunista faz juízos políticos . . .

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Não faz inquéritos!

**O Orador:** — . . . sobre a personalidade de membros do Governo e não pode arrogar-se o direito, porque nós não lho consentimos, de nos negar o privilégio de fazermos também juízos acerca das pessoas que compõem o Governo. A questão só pode ser posta nestes termos. Tentar pô-la noutro plano e em plano diferente deste é, objectivamente, caluniar e difamar.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Será a essa prática que o Partido Comunista se quer manter fiel?

Nós não precisamos de lições e não precisamos, sobretudo, de uma certa forma exaltada, boa para as galerias — não me refiro às galerias desta Assembleia reservadas ao público, naturalmente — . . .

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — A quem se refere então?

**O Orador:** — . . . , àquilo a que, normalmente, se costuma considerar «as galerias», isto é, uma operação pura e simplesmente destinada a mostrar que afinal o Partido Comunista gostaria bem que este Governo sobrevivesse! . . .

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está interrompida a sessão.

Voltaremos a reunir às 22 horas e 15 minutos para a votação das moções ou da moção, conforme se decidir.

Está interrompida a sessão.

*Eram 21 horas e 20 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 22 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, antes de procedermos à votação quero fazer duas considerações muito ligeiras.

Em primeiro lugar, afirmar que quando me preparava exactamente para protestar, em nome da Mesa e em nome da Assembleia da República contra as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro, que considero lesivas da dignidade de um Órgão de Soberania como o nosso, que não pode ser passível das críticas que foram feitas por um outro Órgão de Soberania, não cheguei a fazê-lo porque, imediatamente, dois dos partidos com assento nesta Assembleia tomaram a posição que às vezes perfilho.

Se assim não fosse, eu teria, efectivamente, de dizer alguma coisa em contrário àquilo que o Sr. Primeiro-Ministro entendeu que devia dizer, a meu ver, mal.

Em segundo lugar, devo dizer aos Srs. Deputados que a regra que adoptei de permitir protestos depois do encerramento do debate pelo Sr. Primeiro-Ministro, a despeito das críticas que foram feitas há pouco pela Radiotelevisão, é uma regra que continuarei a perfilar sempre que entender que depois da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro possam ter surgido, como surgiram, a meu ver, problemas que mereciam, efectivamente, um certo e determinado protesto, tal como ele foi aqui gizado e desenvolvido.

Imaginemos, Srs. Deputados, que na intervenção de um Primeiro-Ministro para o encerramento de um debate — não digo que seja deste, mas de outro qualquer — eram feitas afirmações extremamente graves sobre a honra e consideração de alguma pessoa que se encontrava aqui presente. Eu não me iria escudar na disposição que diz que o debate se encerra com o discurso do Primeiro-Ministro e não permitir à pessoa em causa o direito de defesa que está consignado no nosso Regimento. Portanto, a regra que adoptei será aquela que adoptarei daqui para o futuro.

No que diz respeito às moções, suponho que não é novidade para a Assembleia, e creio que há consenso neste aspecto, que iremos votar a primeira moção de rejeição que, pela ordem de entrada, é a do Partido Socialista.

Se porventura acontecer que essa moção seja aprovada as outras ficarão, naturalmente, prejudica-

das. É esta, pelo menos, a decisão da Mesa, mas susceptível, com certeza, de alteração.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Antes de passarmos à votação, a minha bancada solicita a V. Ex.<sup>a</sup> que diga, se faz o favor, se as primeiras palavras que acaba de proferir foram em nome da Mesa, por decisão unânime, ou apenas em nome pessoal.

**O Sr. Presidente:** — Foram em meu nome pessoal.

**Vozes do PSD:** — Ah!!!

**O Orador:** — Se o Sr. Deputado está tão interessado em saber, eu vou perguntar qual é a opinião da Mesa.

*Risos do PSD.*

Está aprovado, Sr. Deputado Pedro Roseta, com uma abstenção.

*Aplausos do PS e do CDS.*

Portanto, parece que há consenso quanto a este ponto, mas os Srs. Deputados estão sempre em boa altura de dizer o contrário.

Iremos, pois, proceder à votação da moção de rejeição do Partido Socialista, que vai ser lida outra vez. Se porventura essa moção for aprovada, e por conseguinte prejudicadas as restantes, passaremos às declarações de voto.

Há alguma oposição quanto a esta interpretação?

*Pausa.*

Como não há, assim procederemos.

A moção do Partido Socialista é do seguinte teor:

Considerando que o Governo Nobre da Costa foi constituído numa lógica de marginalização dos partidos políticos, altamente inconveniente numa democracia pluripartidária como a nossa, e que não serve o País nem a democracia;

Considerando que a equipa heterogénea que se conseguiu formar, com personalidades ditas independentes, não dá ao País quaisquer garantias de uma política governativa coerente nem, portanto, de eficácia;

Considerando que o Programa apresentado constitui, no essencial, um decalque, sem novidade nem imaginação, dos Programas dos Governos Constitucionais anteriores — os quais foram elaborados num contexto partidário e para governos de legislatura, quando o Governo Nobre da Costa não dispõe de qualquer apoio parlamentar e tem, à partida, um horizonte temporal muito limitado;

Considerando, finalmente, que as poucas notas inéditas do referido Programa são meras concessões oportunistas, à direita ou à esquer-

da, sem coerência global nem pensamento próprio:

O Grupo Parlamentar do PS propõe à Assembleia da República a rejeição do Programa do Governo Nobre da Costa, nos termos e com as consequências do artigo 195.º da Constituição.

Vai proceder-se à votação desta moção de rejeição apresentada pelo Partido Socialista.

*Submetida à votação, foi aprovada com 141 votos a favor (PS, CDS, UDP e os deputados independentes Galvão de Melo, Aires Rodrigues, Brás Pinto, Carmelinda Pereira, Lopes Cardoso e Vital Rodrigues), 71 votos contra (PSD e os Deputados independentes António Barreto e Medeiros Ferreira) e 40 abstenções (PCP).*

**O Sr. Presidente:** — Estando aprovada a moção de rejeição do PS, estão prejudicadas as restantes.

Passaremos, agora, às declarações de voto.

Tem a palavra para o efeito o Sr. Deputado da UDP, Acácio Barreiros.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, antes de mais quero dizer-lhes que vou comunicar ao Sr. Presidente da República o resultado desta votação nos termos existentes do artigo 198.º do Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros para uma declaração de voto.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A UDP ia fazer uma curta declaração de voto apenas para reafirmar as posições que já deixámos claras no debate e que, aliás, também deixámos claras desde o momento em que o Sr. Presidente da República nos comunicou a fórmula de Governo que entendia correcta para este país e o nome do Primeiro-Ministro indigitado, Sr. Engenheiro Nobre da Costa.

Mas a UDP também não pode deixar passar em claro as gravíssimas declarações aqui feitas pelo Sr. Primeiro-Ministro, declarações de ataque a todos os partidos políticos em termos semelhantes aos que têm sido usados pelos saudosistas do passado em certa imprensa para tentar atacar o 25 de Abril e dizer que antes do 25 de Abril é que estava bem.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Afirmações, inclusivamente, insultuosas para esta Assembleia da República.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Acácio Barreiros, desculpe, mas chamo a sua atenção — e espero a sua compreensão — para o facto de que estamos numa declaração de voto e a palavra foi-lhe concedida para esse efeito. Pedia-lhe, pois, o favor de circunscrever a sua declaração de voto aos motivos que determinaram o seu voto, porque senão transformamos as declarações de voto num debate generalizado, com todas as consequências que daí podem advir. Se o Sr. Deputado tiver a boa compreensão, que espero, poderemos continuar nestes termos de

cumprir o Regimento e não estarmos agora a extravasar os limites de uma declaração de voto.

Tenha a bondade de continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Bem, Sr. Presidente, é que precisamente a declaração do Sr. Primeiro-Ministro é um motivo suficientemente forte para a UDP votar contra a continuação do Governo e consequentemente a favor da moção de rejeição.

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — É óbvio!

**O Orador:** — Portanto, é natural que me debruce sobre as palavras do Sr. Primeiro-Ministro, porque elas são reveladoras. Aliás o Sr. Primeiro-Ministro, quando subiu aqui à tribuna, disse que, agora que já sabia que não ia passar, ia falar toda a verdade. Portanto entendo que essas declarações foram bastante reveladoras daquilo que, na verdade, eram as reais intenções ou, pelo menos, as ideias reais que tinha o Sr. Primeiro-Ministro. É que, se o Sr. Primeiro-Ministro tivesse dito o que disse, logo na abertura do debate, poderíamos manter as discordâncias com as suas posições, mas, pelo menos, teria apresentado à Câmara o Governo e as suas ideias, tais quais elas eram. Mas o facto de não o ter feito e o facto de na intervenção inicial que aqui fez ter falado da Constituição da República, do total respeito pela Constituição, ter falado em palavras, digamos, respeitosas para esta Assembleia e ter mudado de opinião assim que soube que o Governo não ia passar, pelo menos não poderá deixar de ser notado pelo povo português que a apresentação que foi feita do Programa do Governo escondeu as reais intenções do Sr. Primeiro-Ministro. E, ele que teve uma reacção tão temperamental, com certeza que também os trabalhadores portugueses não terão deixado de notar que afinal estava agarrado ao Poder e que afinal ficou agastado por esta Assembleia da República não ter deixado passar o Programa do Governo.

Mas, quando o Sr. Primeiro-Ministro produz aqui declarações desta gravidade, aproveitando evidentemente as dificuldades em que o País se encontra — das quais também é responsável, porque também foi Ministro dos anteriores Governos e com uma política do Ministério da Indústria e Tecnologia bem conhecida —, para tentar, de forma fácil, alimentar sentimentos revanchistas ou semear o desânimo entre os trabalhadores e as forças democráticas, isto não poderia passar sem um protesto. E mais, sem que deixássemos claro qual é a posição da UDP.

A UDP, desde a primeira hora, isto é, desde que o Sr. Presidente da República nomeou este Governo, disse que este era um governo contra os partidos políticos, contra a Assembleia da República e, em última análise, contra o voto popular das eleições legislativas de 1976. Muitos nos acusaram de que estávamos a exagerar. Mais: diziam-nos que a UDP devia esperar pela composição do Governo, devia esperar pelo Programa do Governo e até pelo debate que houvesse nesta Sala, que, na verdade, em Portugal não estava em marcha nenhuma forma de pressão contra a Constituição da República e as instituições que estão previstas na Constituição, que não se estava a tentar impor um regime contra os partidos políticos. Contudo, as palavras do Sr. Pri-

meiro-Ministro são a melhor prova de que a UDP actuou com correcção quando, desde a primeira hora, declarou que este era um governo que vinha contra os partidos políticos. E foi por isso que o Sr. Primeiro-Ministro utilizou os termos insultuosos que utilizou. Aliás, era importante saber se o Sr. Presidente da República, que nomeou e deu posse a este Governo e indigitou o actual Primeiro-Ministro, está de acordo com as afirmações que aqui foram proferidas. Dada a sua gravidade, é da máxima importância que o Sr. Presidente da República se defina em relação a elas. Nós dizemos isso com a autoridade de quem muitas vezes, ou quase sempre, tem criticado as decisões desta Assembleia da República, de quem se opõe com determinação aos dois governos que passaram nesta Assembleia da República, de quem, desde a decisão do seu Conselho Nacional, do dia 27 de Junho deste ano, exigiu a dissolução da Assembleia da República, no sentido de se encontrar uma solução constitucional, a realização de eleições gerais antecipadas.

Mas estas posições não se confundem com certas posições demagógicas, de crítica fácil, destinadas a alimentar sentimentos revanchistas e, ao mesmo tempo, suscitar o desânimo dos trabalhadores.

A queda do III Governo Constitucional é, a nosso ver, e não pode deixar de ser interpretada desta maneira, uma derrota clara do general Ramalho Eanes. Quando a UDP foi ouvida nesta crise e lhe foi perguntado qual era a solução, o que nós dissemos, e mantemos, é que não é possível encontrar, no quadro da Assembleia da República, uma solução favorável e capaz de resolver os problemas do País. Portanto, há que caminhar para a realização de eleições gerais antecipadas.

O Sr. Presidente da República não só não quis fazer isso, como quis prolongar, continuar a política anterior e, ainda por cima, através de um grupo contra esta Assembleia da República e contra o próprio voto popular.

Neste sentido, o Sr. Presidente da República não só perdeu como demonstrou claramente perante o País ser incapaz de resolver os problemas que se punham.

Votámos ainda contra este Governo não só pela ameaça que ele de facto traz em si — que não é nova na história deste país — e nunca é de mais salientá-lo, por uma razão muito simples, de que para a maioria das pessoas e dos trabalhadores, quando olham para trás, vêem o 25 de Abril e, atrás do 25 de Abril, a ditadura fascista. E às vezes as pessoas esquecem-se de perguntar como é que a ditadura fascista chegou, porque muitas delas já nasceram debaixo do regime de terror de Salazar e Caetano. E é preciso que se diga que a ditadura fascista nasceu precisamente das ideias e das políticas dos independentes, nasceu precisamente daqueles que diziam que era preciso fazer um intervalo na democracia, para depois, mais tarde, e uma vez que as finanças estivessem compostas — tanta era a preocupação das finanças que se foi logo buscar uma personalidade independente, o Doutor Oliveira Salazar — se poder voltar, outra vez, a brincar à democracia. E a verdade é que se começou logo por dizer que não se compreendia o esforço desses independentes que na altura se escolhiam. E, como os sindicatos não

compreendiam isso, toca a ilegalizar os sindicatos, como os partidos políticos também não estavam a compreender o esforço dedicado desses independentes, com o Oliveira Salazar à frente, toca a ilegalizar os partidos políticos — os comunistas, os socialistas, as forças anarquistas — e, ao fim e ao cabo, para compensar o esforço daqueles independentes, toca a criar o projecto único nacional, de que agora também já começamos a ouvir falar outra vez, que era a União Nacional. E, para que os republicanos não conspirassem contra essa nova ordem, criou-se a polícia política, que veio mais tarde a ser a PIDE.

Portanto, esta experiência não é nova, há que dizê-lo, independentemente das intenções com que se lançam experiências do género. Não nos esqueçamos que no golpe de 28 de Maio havia pessoas que até acreditavam que aquilo era verdade, que era uma pequena pausa na democracia, para depois se retomar a democracia plena. Fórmulas deste género, em nome de uma política do grande capital e dos grandes latifundiários, só podem descambiar em novas ditaduras. Estes nossos exemplos históricos demonstram que não precisamos sequer de ir aos países estrangeiros para encontrar exemplos, pois temos aqui mesmo à nossa mão, pertencem à história e à tragédia da I República.

Ao votar contra este Governo, a UDP também quer dizer claramente, como sempre tem afirmado, que não o faz em nome da política dos anteriores Governos. O povo sabe bem que o não fazemos, pois sempre nos opusemos à política desses Governos. Aliás, uma das razões, se a primeira já não bastasse, por que nos opusemos a este Governo foi precisamente o facto de ele pretender prolongar e agravar a política dos anteriores Governos.

Votámos a rejeição deste Governo acreditando firmemente na possibilidade de reabrir, neste país, uma alternativa democrática a favor dos trabalhadores. Não a pretendemos encontrar nesta Assembleia da República porque nela, a verdade seja dita, muito se tem governado contra o povo e muito pouco a favor de quem trabalha. Mas a forma de resolver o problema é uma forma normal prevista na Constituição da República e ela é a realização de eleições gerais antecipadas, das quais a UDP não tem medo e, mais, encara-as como a única solução viável.

Já que quiseram impor um governo contra a vontade do povo, já que se quis governar contra a vontade do povo, já que o Sr. Presidente da República começa a incluir nos seus discursos a ideia de que os partidos não se entendem, de que não se consegue resolver os problemas com os partidos, já que se começa a pôr em causa a Constituição da República, ela sim, votada democraticamente, já que os partidos da direita pretendem dizer que o que o povo agora quer é uma política de direita, pois bem, há uma forma democrática de resolver o problema, que é ir às urnas para ver quem ganha. Vamos, pois, às urnas com a confiança de que o povo português quer a democracia, quer o socialismo e quer a Constituição da República.

Foi nesse sentido que votámos a moção de rejeição apresentada pelo Partido Socialista. Obviamente que isso não quer dizer que estejamos totalmente de acordo com as posições do Partido Socialista. Quer dizer simplesmente que achamos que o Partido So-

cialista tomou uma posição correcta em relação às atitudes arbitrárias do Presidente da República. Também quer dizer que o futuro vai mostrar que, se o Partido Socialista quiser assumir plenamente a responsabilidade de travar a marcha da direita que se estava a gerar com a constituição deste Governo, começando por reconhecer que, em grande parte, é responsável, como partido de dois Governos Constitucionais, pela situação que se gerou, se o Partido Socialista quiser olhar para as exigências dos trabalhadores socialistas e daqueles que votaram PS, obviamente que isso terá o nosso apoio.

Mas, se o Partido Socialista apresentou esta moção de rejeição para vir repetir erros antigos, voltar a ir contra o voto popular formando governos com partidos de direita, então esses governos terão a oposição da União Democrática Popular, como a tiveram o I e o II Governos Constitucionais.

Apesar dessa incerteza, apesar de o Partido Socialista ter deixado ambígua a sua posição em relação ao futuro, nós queremos dizer claramente que a alternativa que aqui foi apontada pelo Dr. Mário Soares não é uma alternativa que tenha o apoio da UDP.

A única alternativa para este país é nomear um governo que aqui venha e assuma a responsabilidade pública de tratar dos assuntos correntes do Estado, de preparar o recenseamento eleitoral e de governar até que estejam prontas as condições para a realização de eleições. Quando essas condições estiverem prontas, esse governo demite-se e então vamos às eleições gerais.

Procurar encontrar novas fórmulas, novos acordos com partidos de direita, isso é continuar a criar as condições que fazem com que os trabalhadores começem a desmoralizar e a ficar tristes e abatidos com o caminho da democracia neste país. Isto porque os trabalhadores, na sua maioria, votaram socialismo, votaram pela Constituição, votaram contra a direita, isto porque o PSD e o CDS foram derrotados nas últimas eleições e têm estado na base da principal legislação que passa nesta Assembleia — inclusivamente o CDS até esteve no Governo. Ora tudo isto é contrariar o voto popular. E, se o Partido Socialista quiser repetir essa política, da nossa parte continuará a ser alvo de oposição.

Como quer que seja, votámos esta moção de rejeição porque temos confiança nos militantes socialistas e sabemos que, agora que se viu qual era o real perigo a que uma política de aliança à direita pode conduzir este país, com certeza não serão toleradas novas alianças à direita que, a serem feitas, terão a clara oposição do povo português. Foi esse o sentido do nosso voto.

Congratulamo-nos, evidentemente — e a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro ainda mais reforçou a nossa congratulação —, com a queda do Governo de Nobre da Costa. Alertamos para aquilo que certa imprensa de direita tem vindo a dizer, que, se calhar, o melhor era deixar este Governo governar até às próximas eleições.

#### *Risos do PCP.*

Os ataques à direita estão a incomodar muito a bancada do PCP?

#### *Risos gerais.*

É que a vossa moção não chegou a ser votada, e foi pena, porque eu ainda gostava de pensar como é que o Dr. Álvaro Cunhal iria explicar ao general Ramalho Eanes que a moção tivesse sido aprovada e, ainda por cima, tivesse sido a mais votada das apresentadas nesta Assembleia.

#### *Risos gerais.*

Terminamos aqui as nossas palavras expressando a nossa confiança no povo português, a nossa confiança no movimento sindical, a nossa confiança nas forças democráticas e a nossa esperança, que é também a esperança da maioria dos trabalhadores, de que sejamos capazes de pôr de pé um Portugal que nós nos orgulhemos de entregar aos nossos filhos e que os nossos filhos se orgulhem de receber das nossas mãos.

O Sr. Presidente: — Também para declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Serra.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, se me permite, eu gostaria de pedir um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Desculpá, Sr. Primeiro-Ministro, mas não há pedidos de esclarecimento a declarações de voto.

Estamos na fase das declarações de voto, em que efectivamente cada partido explica as razões da sua decisão, e seria perfeitamente original que nesta altura o Governo viesse pedir a palavra para criticar uma declaração de voto.

V. Ex.<sup>a</sup> desculpar-me-á, mas não poderei conceder-lhe a palavra.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, como no fim da minha intervenção houve apresentação de protestos, eu gostava de saber se também posso apresentar um.

O Sr. Presidente: — A oportunidade perdeu-a, Sr. Primeiro-Ministro.

Efectivamente, se V. Ex.<sup>a</sup> tem pedido a palavra quando foram feitas aqui afirmações que V. Ex.<sup>a</sup> considerava susceptíveis de qualquer crítica, eu ter-lha ia concedido. Neste momento, desculpar-me-á, mas não lha posso conceder.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, eu respeito a sua decisão, mas não comprehendo muito bem como é que perdi a oportunidade quando pedi para usar da palavra logo após o Sr. Deputado Acácio Barreiros ter acabado de falar. É que naturalmente não o podia fazer antes.

O Sr. Presidente: — Não se trata disso, Sr. Primeiro-Ministro. Há aqui uma confusão — naturalmente será da minha parte e eu peço desculpa. Nós já estamos na fase das declarações de voto e eu não posso conceder-lhe a palavra.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Cunha Leal (PSD):** — Então agora já se pode falar, Sr. Presidente?

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Deputado, eu estou a dirigir-me à Mesa e posso pedir sempre a palavra nesta Assembleia para a interpelar.

Portanto, eu gostaria de interpelar a Mesa neste sentido: o Sr. Primeiro-Ministro pediu a palavra para um protesto porque, com certeza, considerou grave alguma expressão que eu proferi, e eu, que nesta Assembleia tenho por diversas vezes sofrido medidas discricionárias, também não quero deixar de dizer que na verdade nesta Assembleia um protesto tem sempre lugar.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto é, se o Sr. Primeiro-Ministro se sente ofendido com as declarações que proferi, muito embora a minha intenção não fosse fazer qualquer ofensa, obviamente que tem direito a protestar em relação a elas.

**O Sr. Presidente:** — Pois bem, em não entendo assim. De resto, tem sido uma jurisprudência mais ou menos aceite aqui nesta Casa que a seguir às declarações de voto não há mais comentários nem protestos. No entanto, perante a atitude do Sr. Deputado Acácio Barreiros, eu ponho o caso à consideração da Assembleia. A minha decisão é, pois, no sentido de não conceder a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, mas, se algum Sr. Deputado desejar interpor recurso, estou disposto a recebê-lo.

**O Sr. Lopes Cardoso (Indep.):** — Sr. Presidente, se me permite e se eu bem entendi, V. Ex.<sup>a</sup> decidiu então não conceder a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro e eu queria interpor recurso dessa sua decisão. E interponho recurso fundamentando-me exclusivamente no seguinte: os mesmos critérios que levaram o Sr. Presidente a alterar uma praxe usual, o princípio de que a seguir à intervenção do Sr. Primeiro-Ministro não haveria quaisquer declarações, na base de uma argumentação que a mim me pareceu justa e correcta, a de que qualquer Deputado — e, neste caso, para os efeitos deste debate, os membros do Governo têm de ser considerados exactamente na mesma posição — que se pudesse de alguma maneira sentir ferido ou ofendido pelas afirmações que haviam feito teria o direito de emitir um protesto. Ora eu não vejo em que base de argumentação se pode usar dois pesos e duas medidas. Eu creio que o primeiro princípio adoptado há pouco pelo Sr. Presidente estava correcto e é por isso mesmo que eu interponho recurso, no sentido de que seja concedida a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para formular o protesto que entenda dever formular.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — O recurso está aceite. É regimental e foi fundamentado pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Sr. Presidente, se me dá licença, eu gostaria só de pedir um esclareci-

mento, que talvez não tenha influência no nosso voto, mas que terá interesse para se compreender o que se está a discutir.

O Sr. Primeiro-Ministro pediu a palavra para protestar contra as declarações do Sr. Deputado Acácio Barreiros ou contra quaisquer outras feitas antes da votação da nossa moção de rejeição? É que eu não comprehendi este ponto e gostava de ser esclarecido.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Primeiro-Ministro fará o favor de esclarecer.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — É contra as declarações do Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

**O Sr. Pedro Roseta:** — É só para dizer que reservo a palavra para fazer uma declaração de voto sobre a votação que vamos agora fazer relativamente à interposição de recurso da decisão da Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado. Tem todo o direito de fazê-la.

Recapitulando, a minha decisão vai no sentido de que, segundo a praxe que está estabelecida nesta Câmara, não haverá nem comentários, nem protestos, nem pedidos de esclarecimento depois das declarações de voto.

Portanto, vamos votar o recurso da minha decisão.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do PSD, do CDS, do PCP, da UDP e dos Deputados independentes Lopes Cardoso, Brás Pinto, Vital Rodrigues, Medeiros Ferreira, António Barreto e Galvão de Melo e os votos contra dos Deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta para a declaração de voto.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Prescindo, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para formular o protesto.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu queria perguntar ao Sr. Deputado Acácio Barreiros se efectivamente pensa que, havendo quatro Órgãos de Soberania, existe uma classificação em órgãos de primeira, de segunda, de terceira e de quarta. O Governo é um Órgão de Soberania e nada o impede de apresentar comentários ou críticas à Assembleia da República. Isso não é antidemocrático. Pelo contrário, o que é antidemocrático é que a Assembleia da República possa criticar da maneira que quer o Governo — e usando as palavras que quer — e que este não possa também, quando regimentalmente no uso da palavra, apresentar críticas, que aliás não creio que tenham sido insultuosas, à Assembleia da República.

**O Sr. Presidente:** — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Primeiro-Ministro, quanto a isso, eu só lhe queria dizer que obviamente o senhor, como Primeiro-Ministro, e o Governo, como Governo empossado, podem dirigir críticas à Assembleia da República. Todavia, o que eu critiquei não foi o facto de V. Ex.<sup>a</sup> criticar esta Assembleia. O que eu critiquei foi os termos em que teceu essa crítica. Eu penso que as expressões utilizadas pelo Sr. Primeiro-Ministro contra os partidos políticos, a acusação de que o que os partidos políticos estão a querer é inviabilizar a resolução dos problemas reais do povo, que o que querem é poleiro e outras acusações desse género, não são próprias. E mais: quanto ao modo como o Sr. Primeiro-Ministro terminou a sua intervenção, dizendo que o que é preciso é sairmos da gaiola, eu, francamente, penso que não estamos numa situação dessas, por muitas críticas que me mereça também a mim esta Assembleia da República, e inclusivamente os governos que aqui estiveram, entre os quais aquele de que V. Ex.<sup>a</sup> fez parte.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro, agora é que eu não vejo como é que, depois de já ter feito o protesto — aliás com a autorização da Câmara — e de o Sr. Deputado Acácio Barreiros ter contraprotestado, V. Ex.<sup>a</sup> quer eternizar o ciclo dos protestos e contraprotestos.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Então prescindo, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Serra, para uma declaração de voto.

**O Sr. Jaime Serra (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: De acordo com as intervenções que produziu ao longo do debate e de acordo com a moção de rejeição que em devido tempo apresentou a esta Assembleia, o Grupo Parlamentar do PCP considera inaceitável o Governo Nobre da Costa e rejeita o seu Programa.

*Risos.*

Neste caso, creio que a hilariedade cai sobre os próprios hilariantes. As razões de oposição do PCP ao Programa e ao Governo de Nobre da Costa são distintas e bem diferenciadas das dos outros partidos.

O Partido Socialista, por exemplo, fundamentou a sua posição ao longo do debate e fora dele em pressupostos de inconstitucionalidade que não partilhamos.

Relativamente à fórmula deste Governo, e ao contrário de outros partidos, o PCP considera que, embora não correspondendo à solução consagrada como regra na Constituição, não é inconstitucional e é admissível no caso de não se concretizar a possibilidade de formação de um governo de base partidá-

ria e contando à partida com apoio parlamentar maioritário.

No decorrer do debate, se é verdade que foram proferidas por parte de alguns Deputados do PS intervenções positivas, que desejávamos poderem interpretar-se como intenção de rectificação de aspectos negativos da política dos governos em que o PS teve a principal responsabilidade, também é verdade que outras intervenções procuraram justificar, a todo o transe, a política dos dois anteriores governos, cujos resultados estão à vista e que tão severamente criticámos. Outras intervenções, ainda, assentaram em concepções conservadoras e atacaram o Governo e o seu Programa por os considerarem nalguns sectores demasiado à esquerda — aproximando-se tais intervenções das dos partidos de direita desta Assembleia.

Não podíamos por isso votar favoravelmente a moção do PS. Tal moção não integrava uma perspectiva de solução democrática para a crise.

Quanto ao CDS, cujos dirigentes começaram por elogios rasgados à figura do Primeiro-Ministro — então apenas indigitado —, oferecendo apoio incondicional à fórmula governativa, foi mudando sucessivamente de posição ao longo do processo de formação do Governo.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Não é verdade!

**O Orador:** — Fazendo a mais cega profissão de fé anticomunista, do tipo do Sr. Strauss, chefe do CDU da Alemanha Federal, o CDS mergulhou nas suas origens e acabou em oposição frontal não só ao Governo e ao seu Programa — onde descobriu de tudo, desde os fantasmas do «gonçalvismo» aos adeptos do comunismo soviético —, como também ao Primeiro-Ministro, que tanto elogiara antes, mas que tão mal actuara depois, não tendo formado um governo à imagem do CDS e elaborado um programa que desse inteira satisfação às suas exigências. Aos ataques do CDS, nem o Presidente da República escapou. Aos olhos do CDS, o Presidente da República fez uma boa escolha do Primeiro-Ministro, mas deu cobertura ao «mau governo» que o «bom Primeiro-Ministro» formou.

Não poderíamos em circunstância nenhuma votar a favor da moção do CDS, se tal votação se viesse a concretizar.

A moção do CDS integrava uma linha política visando uma fórmula de governo claramente reaccionária.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente: O PCP foi o primeiro partido que anunciou a apresentação de uma moção de rejeição do Programa do Governo Nobre da Costa. Fê-lo, considerando a necessidade de esclarecimento do quadro político e visando dificultar as manobras desestabilizadoras que estavam em curso nos gabinetes, favorecidas pela indeterminação dos partidos.

Lutando pela instabilidade das instituições democráticas, não podemos deixar de discordar, por exemplo, de certas actuações que em torno da discussão do Programa do Governo tenderam a criar oposi-

sição entre a Assembleia da República e o Presidente da República e a abrir um conflito entre estes dois Órgãos de Soberania.

A decisão do Comité Central do PCP, de que o nosso grupo parlamentar não deveria votar favoravelmente qualquer outra moção de rejeição apresentada por outros partidos, foi devidamente ponderada quanto às suas eventuais consequências. Admitiu-se, assim, que por este facto nenhuma das moções obtivesse a maioria necessária e que, como resultado, o Governo Nobre da Costa pudesse passar na Assembleia da República, embora não tivesse o apoio da Assembleia.

O Comité Central do PCP partiu do pressuposto de que, a verificar-se tal hipótese, o facto seria tido em conta enquanto o Governo se mantivesse em gestão, facilitando no mais curto espaço de tempo uma alternativa democrática.

A moção de rejeição do Governo, apresentada pelo PCP, e não votada pelas circunstâncias conhecidas, é baseada no fundamento de que a sua composição e o seu Programa não correspondem às necessidades da hora presente.

Os considerandos da nossa moção de rejeição foram inteiramente confirmadas no decorrer do debate.

No primeiro considerando afirma-se que na composição do Governo do Primeiro-Ministro Nobre da Costa vários dos mais importantes departamentos, designadamente o MAP, foram confiados a personalidades cujas filiações e posições políticas ou ligação directa a interesses económicos de classe provocam sérias dúvidas acerca da orientação democrática e de isenção na sua acção governativa.

No decorrer do debate as intervenções da parte deste departamento do Governo, nomeadamente a do Secretário de Estado da Reestruturação Agrária, transformaram as dúvidas em certezas quanto aos propósitos existentes na equipa do MAP de levar por diante uma política de destruição da Reforma Agrária e de recuperação latifundista, em tudo contrária aos interesses dos trabalhadores, das UCP e cooperativas e dos pequenos e médios agricultores.

#### *Aplausos do PCP.*

No segundo considerando dizemos que «o Governo anuncia no seu Programa a aceleração da recuperação capitalista, latifundista e imperialista, salientando-se medidas contra os interesses dos trabalhadores e demais classes laboriosas, as indemnizações, medidas contra a Reforma Agrária e as nacionalizações e a submissão passiva às exigências do FMI».

O decorrer do debate confirmou inteiramente ser este o propósito do Governo, que confirmou, assim, a justeza da moção de rejeição do PCP.

Ficou confirmado que o Governo, a despeito de alguns propósitos pontuais positivos, se propunha levar por diante uma política global em favor do grande capital, privilegiando o sector privado à custa do sector nacionalizado, como se o sector público, em vez de ser, como se impõe, o sector de arranque para a recuperação da economia, fosse uma calamidade nacional a eliminar pela asfixia e falta de apoio.

Ficou claro o propósito de ataque à banca nacionalizada com a autorização para a constituição de sociedades de investimento.

Ficou igualmente claro o propósito de entrega ao capital privado da gestão de empresas nacionalizadas dos sectores mais rentáveis, além do propósito de acelerar a entrega das indemnizações aos capitalistas e ex-agrários reaccionários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Reaberta a crise, agora numa nova fase, com a rejeição do Governo Nobre da Costa pela Assembleia da República, coloca-se na ordem do dia, com mais urgência do que nunca, a necessidade da busca de um acordo para a saída da crise, por parte de todos os partidos e forças democráticas, nomeadamente entre socialistas e comunistas, na base das instituições democráticas.

Na sua reunião plenária de 10 de Setembro, o Comité Central do PCP já havia considerado que, passando ou não passando o actual Governo na Assembleia da República, uma alternativa democrática exige que se verifiquem, entre outras, as seguintes condições que já aqui foram referidas e não é de mais sublinhar: uma decisão favorável do Presidente da República; a participação ou acordo do PS e um entendimento entre o PS, o PCP e outras forças e sectores democráticos.

O PCP considera também que as saídas constitucionais para a prolongada crise política, altamente nociva para o regime democrático e para a solução dos graves problemas nacionais, continuam a ser ou a formação de um governo democrático de base partidária e parlamentar ou — apesar dos conhecidos inconvenientes — eleições gerais antecipadas para a Assembleia da República logo que possam realizar-se na base das novas leis eleitoral e do recentamento.

O PCP, pela sua actuação, procura e procurará contribuir para que no respeito pela Constituição e pelas instituições democráticas seja encontrada para a crise actual uma alternativa democrática que respeite as conquistas do Portugal de Abril.

#### *Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Suponho que não há nenhuma dúvida no espírito do Sr. Deputado de que a moção de rejeição do Partido Comunista chegou em segundo lugar à Mesa, pelo que não poderia ser votada em primeiro lugar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Creio que o esclarecimento do Sr. Presidente é desnecessário, porque não foi afirmado na declaração de voto do PCP que a nossa moção de rejeição tivesse chegado à Mesa antes da do Partido Socialista. O que foi afirmado pelo meu camarada é que o PCP foi o primeiro partido a anunciar a apresentação de uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Agradeço ao Sr. Deputado Carlos Brito ter feito o esclarecimento, porque havia uma dúvida no meu espírito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias, igualmente para uma declaração de voto.

**O Sr. Oliveira Dias (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o CDS votou a favor da rejeição do Programa do Governo Nobre da Costa. Fê-lo na plena consciência das suas responsabilidades e nos termos aprovados pelo Conselho Nacional do Partido reunido no passado dia 7 de Setembro.

O CDS apresentou a sua própria moção de rejeição e considera que a que foi por si votada e aprovada permite, independentemente dos respectivos considerandos, que se alcancem os mesmos efeitos políticos e constitucionais que o CDS visava ao tomar a iniciativa de propor o voto parlamentar ao actual Governo.

Entretanto, se a moção do PCP tivesse sido submetida à votação, o CDS não a aprovaria. Os termos em que a mesma foi apresentada revelam, na verdade, preocupações opostas às do CDS e uma vontade evidente de não criar condições para a queda do Governo. No nosso entendimento, o PCP quis demarcar-se do Governo, mas não tanto que pudesse ser responsabilizado directamente pela sua queda. Por outras palavras, também para o PCP este Governo poderia ser um mal menor: dava-lhe alguma coisa, mas não tanto quanto queria.

Para nós, ao contrário do PSD, este Governo não seria um mal menor, na perspectiva de uns, ou um bem relativo, na perspectiva do Sr. Deputado Sá Carneiro.

Este Governo seria uma falsa solução. Seria uma falsa solução porque não aparece como um Governo de recurso, mas como um Governo de investidura normal. Seria uma falsa solução porque deveria ter apoio parlamentar, como recomendou o Presidente da República, e efectivamente não o tem. Seria uma falsa solução porque mantém a negativa ambiguidade de que em Portugal se vem instalando e segundo a qual não se pode governar sem concessões ao PCP ou compromissos com ele. Seria uma falsa solução porque, a passar, dentro de algum tempo se verificaria, como tudo indica, e o Primeiro-Ministro declarou, que este Governo não pode agradar a gregos e a troianos e que, então, o seu afastamento se tornaria muito difícil, senão mesmo impossível. Seria uma falsa solução porque não tem composição e não dispõe de apoios que lhe permitam levar por diante um projecto autêntico e coerente de resolução dos grandes problemas nacionais. Seria uma falsa solução porque, a subsistir, contribuiria para um grave comprometimento da imagem do Presidente da República e da estabilidade desse órgão da soberania. Seria uma falsa solução porque longe de ajudar à melhoria do nosso sistema democrático, este Governo agravaría ainda mais a marginalização dos partidos políticos em relação aos cidadãos. Seria uma falsa solução porque contém em si uma lógica errada em matéria de diálogo com os parceiros sociais e não poderia assegurar a paz social e a confiança dentro das regras de um Estado de direito democrático. Seria uma falsa solução porque, por tudo isso, e enfim, este Governo apenas poderia jogar no sentido do adiamento, da confusão e da ambiguidade. Em democracia há sempre alternativas, melhores ou piores, mas o que os democratas não devem fazer é pactuar com falsas soluções.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A sessão final do debate do Programa do Governo demonstrou que

este, afinal, poderia vir a ter algum apoio parlamentar. Ficámos a saber que o PCP ataca mais o CDS do que o Governo. Ficámos a saber que o PSD, embora dizendo-se partido da oposição, afinal pareceu apoiar o Governo. Este Governo, a ir por diante, pareceria conseguir a arte de juntar, objectivamente, o PCP e o PSD, apesar de este último não desejar incluir o PCP no seu projecto de Governo.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Isso é um recado para Mirandela?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Nem assim vocês lá vão!

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Você é inteligente!

**O Orador:** — Quando amanhã se começarem a discutir as alternativas a este Governo, teremos de recordar as últimas palavras do Sr. Deputado Sá Carneiro, que apenas parecia procurar, a todo o custo, eleitoralismo fácil e assim dificultar o encontro de soluções que sirvam efectivamente os interesses de Portugal e dos Portugueses.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Protestos do PSD:**

**O Orador:** — Pelo nosso lado, estamos confiantes. Confiantes na democracia e em Portugal e confiantes na prossecução de um diálogo com o Presidente da República e com os outros partidos democráticos para o encontro de uma alternativa sólida, estável e séria.

**Aplausos do CDS.**

**O Sr. Presidente:** — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Programa do III Governo Constitucional foi rejeitado pela Assembleia da República. O Governo não vai, pois, governar em plenitude. Impediram-no os votos do PS, da UDP e do CDS, e igualmente o PCP para isso contribuiu.

Numa democracia estabilizada e plena o derrube de um governo é facilmente compreendido e a consequente crise política criada rapidamente absorvida.

Em Portugal, e em 1978, com a grave situação económica e financeira que o Sr. Primeiro-Ministro referiu, e à qual acrescentamos a situação social e cultural, não é assim.

Temos tido sucessivos governos provisórios e constitucionais, estes quase tão provisórios como os anteriores, cuja acção não tem conseguido imprimir um novo ritmo e uma nova direcção à sociedade portuguesa. Flutuações, mudanças, desvios, indefinições, ambiguidades, acrobacias mais do que palavras ou conceitos, tornaram-se o dia-a-dia da governação e por isso, também, da vida dos Portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O resultado das eleições para a Assembleia da República poderia ter marcado o início de uma nova fase do regime e da governação.

Assim não aconteceu.

As fórmulas escolhidas pelo PS revelaram-se incapazes ou contraditórias e apenas aceleraram a frustração dos Portugueses e o seu desencanto.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A promessa fácil e demagógica substituiu-se ao realismo.

A incompetência, à eficácia.

A ausência de objectivos, à definição dos mesmos. Portugal é, ainda hoje, um país adiado.

E, pior ainda, agora mais arruinado e dependente.

Quem é o cidadão que pode com uma relativa segurança prever o seu futuro?

Qual é a esperança que anima o comum do cidadão português?

Qual a expectativa que tem do seu amanhã?

O espalhar de ilusões, o exagero das promessas e a incapacidade de sentir e perceber o que é Portugal estão a transformar este país num deserto de ideias, de vontade e de diálogo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — O Salazar é que era bom!

**O Orador:** — O III Governo Constitucional apenas surgiu porque a crise aberta pelo desfazer da coligação PS/CDS não trouxe outra alternativa de governação.

Quem abriu a crise não lhe deu soluções, e ao Presidente da República não restava outra hipótese senão nomear um governo deste tipo. Por isso não nos opusemos a essa fórmula.

Não é natural em democracia, não é a nossa, mas não se encontrou outra.

E o País não pode parar, e isto é tanto mais verdade quanto a sociedade portuguesa depende do funcionamento adequado do Estado e seus órgãos.

Se as direcções dos partidos que hoje aqui votaram contra este Governo tivessem já uma alternativa, uma solução que resultasse viável, o mesmo é dizer estável, coerente e eficaz, a sua atitude era lógica e correcta. Mas não a apresentaram em devido tempo, logo não a tiveram.

Destruíram, mas não deram nada em troca.

Rejeitaram o Governo, sem se afirmarem como capazes de o substituir. Invocaram princípios, princípios esses que, por mais paradoxal que pareça, não tiveram em conta quando o Presidente da República se dirigiu ao País e propôs duas alternativas, uma das quais permitia a consagração imediata desses mesmos princípios.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando foram convidados, não responderam sim, e agora clamam por algo que não teria sido solicitado, mas que o foi e que eles não o quiseram então aceitar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Actuam como se o passado fosse outro, como se eles próprios esquecessem o seu passado, o que fizeram, melhor se diria, o que não fizeram, puderam ou souberam fazer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Triste exemplo de comportamento democrático daqueles que, tendo fechado as portas, agora bradam por elas não estarem abertas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A situação agora criada pode ter efeitos graves para as instituições democráticas.

O III Governo representou o esforço da iniciativa do Presidente da República. Não é o Governo do Presidente, mas é um governo cujo envolvimento presidencial é notório.

O derrube desse Governo contém, pois, queira-se ou não, diga-se ou não, uma carga de hostilidade deliberada ao Presidente da República.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais, representa uma tentativa de diminuição da margem de manobra presidencial em acções futuras.

Em democracia não é admissível a exorbitação por qualquer Órgão de Soberania do seu papel e competências.

O Presidente da República, ao indigitar como Primeiro-Ministro o engenheiro Nobre da Costa, e, portanto, ao aceitar o processo daí decorrente, limitou-se a seguir a via que lhe foi proporcionada pelas forças políticas, as quais não lhe deram outra saída.

O Presidente da República actuou, pois, na lógica constitucional e no estreito corredor que lhe foi permitido.

Apoiámo-lo na fórmula escolhida e assim continuamos a pensar.

Contudo, esse apoio foi dado na exacta medida em que se tratava de uma solução provisória, que não envolvia uma longa duração, antes pelo contrário, apenas o tempo suficiente para que, sem o País parar por ausência de direcção, se processassem as consultas e o diálogo para a constituição de um Governo onde forças políticas democráticas estivessem directamente representadas.

Mas o que hoje aqui se passou pode dificultar ainda mais a acção futura do Presidente da República.

Dá-se-lhe a hipótese do menos, e, se daí nada resultar, os partidos que hoje assumiram uma atitude negativa não poderão ficar espantados se se desencadearem movimentações e pressões políticas tendentes à obtenção do mais.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — O quê?

**O Orador:** — Quando o realismo está fora dos comportamentos de alguns, as respostas são por vezes inesperadas e até imprevisíveis.

E, se assim for, os responsáveis serão exactamente os que hoje e aqui diminuíram a possibilidade de encontro de soluções.

Porque ao derrubar este Governo tem de seguir-se com urgência a procura de um novo governo.

E a celeridade das respostas pode levar, como já levou no passado, a acordos errados, incompletos ou ineficazes.

A pressa prejudica sempre o encontro e a procura de boas soluções.

Ao dizerem não ao III Governo criaram, na opinião pública, a imagem de que não autorizariam que num período curto, mas importante, a governação fosse dirigida por técnicos apartidários, que talvez deliberadamente se tenham assim apresentado por contraposição aos chamados políticos.

Dicotomia errada e sem sentido, já que nenhuma governação dispensa quer um mínimo de competência técnica, quer a explicitação do modelo de sociedade que lhe é subjacente.

Mas dicotomia que alguns portugueses sentem, porque muitos políticos que os governaram abusaram da politiquice e da falta de competência.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Cinco governos provisórios!

**O Orador:** — A fome de eficácia e de gestão que há neste país traduz apenas o excesso de incapacidade de que muitos dirigentes revelaram quando estiveram no Governo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A democracia preserva-se pela coerência, pelos princípios e pela eficiência.

Se em alguma opinião pública se levantam clamores contra certos políticos — atitude essa que o Partido Social-Democrata não desejaría que se manifestasse —, tal se deve, tão-somente, à pouca preparação e falta de bom senso que alguns têm revelado e estão, infelizmente, ainda hoje a revelar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Daí que se tome o todo pela parte, se estigmatizem quase todos porque alguns não responderam dignamente e com competência às exigências das suas funções.

**A Sr.ª Helena Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao rejeitarem o III Governo, as direcções de alguns partidos apenas permitiram o desenvolvimento de mais um mito na densa floresta portuguesa: o do Governo dos técnicos e das competências. Apenas aumentaram, ainda mais, a forma e a sede de boa gestão.

Mais responsabilidades, pois, criaram para os futuros governos. Aliás, este Governo não foi constituído contra os partidos políticos nem os hostilizou. A reacção e o comportamento de alguns partidos, nostálgicos do Poder, revelou-se hoje perante o povo português, . . .

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — . . . mostrando as suas intrusões hegemónicas monopolistas que os levam a crer ser

dono do País e da democracia, quando deviam estar ao seu serviço.

**Aplausos do PSD.**

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A discussão do Programa do Governo foi, em muitos casos, frustrante e muitas vezes agreste.

Entendemos, aliás, que esta Assembleia não tem razões suficientes para se sentir atingida pelas palavras do Sr. Primeiro-Ministro.

Discutiu-se a acção do Presidente da República, fizeram-se comícios, houve demagogia, ridicularizaram-se pessoas, atingiu-se a sua honorabilidade, feriram-se sensibilidades, faltou-se à verdade — como, por exemplo, a expressão atribuída ao Deputado do meu partido António de Sousa Franco, que teria feito uma afirmação que não fez, pelo que refrescarmos a memória daqueles que com tanta ligeireza atribuem aos outros palavras que eles não disseram.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A expressão do meu colega Sousa Franco foi apenas que «em política económica continuamos a ser governados metade por Marcelo Caetano, metade por Vasco Gonçalves».

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O povo português, ao contemplar a discussão do Programa do Governo, considerou-se por vezes perplexo e espantado. Olhou para alguns daqueles que ele elegeu para o representar e, com certeza, não deixou de se interrogar sobre o que aqui se passava.

Houve partidos até que vieram criticar uma situação grave de que eles próprios são responsáveis.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PSD apenas analisou o Programa do Governo, e tão-só. Era disso que se tratava.

E nada mais.

Programa que não é o nosso, Programa que tem defeitos, mas que também tem inovações e melhorias.

Aliás, cremos bem que o defeito deste Programa é o de procurar seguir em demasia o do II Governo, que se tinha revelado mau.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Percebemos a intenção. Tratava-se de procurar que o III Governo não obtivesse à partida a oposição do PS e do CDS, autores e defensores do Programa anterior.

Com lealdade dissemos ao actual Governo que não o deveria ter feito.

É certo que nem tudo o que o II Governo fez estava mal.

É certo também que muitos compromissos firmados pelo II Governo, mormente o acordo com o FMI, comprometem os Governos seguintes.

É ainda certo que o previsível horizonte temporal do III Governo seria limitado.

Mas mesmo assim, e talvez por tudo isso, era preciso mudar.

Mudar bastante.

Relançar a agricultura, dinamizar a indústria, clarificar o sistema económico, regulamentar leis, fazer cumprir, moralizar, trabalhar, fazer trabalhar.

Os Portugueses têm-lo iam compreendido bastante melhor.

Por isso o criticámos. Não à generalidade das pessoas que o compõem, se bem que sejam conhecidas as reservas que temos face a algumas, embora nos recusemos a fazer acusações, juízos políticos, sem provas.

Não somos inquisitoriais!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Confundir Programa de Governo e Governo, onde as pessoas não são militantes ou filiadas no PSD, é atitude que sempre procurámos evitar. Aliás, a filiação no PSD foi condição que sempre dissemos não ser necessária para a nossa eventual não hostilidade.

Não criticámos a fórmula do Governo, mas sim o seu Programa. É isso que os Portugueses desejam.

Que discutamos. Que discutamos o que lhes vai suceder. Que apoiamos o que é bom, que corrigimos o que é mau. É para isso que o povo nos elegerá.

O que de mau o Programa tem é para nós resultante da continuação do Programa do Governo PS/CDS.

Mas, e globalmente, o Programa deste Governo, não sendo por isso bom, é, todavia, melhor que o do II Constitucional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E a sua prática poderia ser ainda bem melhor se não lhe faltasse vontade, imaginação e competência.

Tem inovações na agricultura, na silvicultura, nos seguros, numa mais cuidadosa e articulada política monetária e financeira, nos transportes, na justiça, no apoio à iniciativa privada, na reestruturação do sector público. Promete regulamentar leis que os Governos anteriores não tinham efectivado.

Promete levar a cabo acções que eram urgentes.

Não corresponde ao nosso Programa e à nossa prática. Contudo, não poderia nunca o PSD aceitar qualquer moção de rejeição contra este Governo.

Tal não significaria, nem significa, o nosso apoio a ele, mas votar contra significaria que se teria alguma coisa melhor a oferecer ao povo português.

Onde está a alternativa? O que é que o PS, o CDS e o PCP oferecem?

Maioria de esquerda, como o Dr. Cunhal apregoa e o Deputado Jaime Serra confirma? Coligação PS/CDS? Uma certeza temos nós. É que há já muito tempo propusemos um Governo de salvação nacional que englobasse as forças democráticas.

Em Janeiro deste ano o PS e o CDS recusaram-no. Após a crise que o PS e o CDS abriram, de novo a colocámos. A resposta foi ainda negativa. O PS e o CDS disseram-nos não.

Até com violência e com acusações injustas.

Nós propusemos soluções, aqueles que hoje aqui votaram contra este Governo não as aceitaram.

**O Sr. Rui Pena (CDS):** — É falso!

**O Orador:** — Não renovaremos as nossas propostas. Se o PS ou o CDS quiserem, que as retomen eles, senão a alternativa reside na antecipação de eleições que permita uma clarificação política, o acordo interpartidário e com o Presidente da República, celebrando-se um projecto de salvação nacional — mobilizador, participativo, regionalizado e que dê esperança de uma nova vida aos Portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Até lá, aceitaremos um Governo de iniciativa e base presidenciais.

Nós, PSD, propusemos soluções. Aqueles que hoje aqui votam contra este Governo não as aceitaram.

O PS e o CDS comprazem-se mais em destruir Governos do que a construí-los e a apoiá-los.

Destruíram o Governo deles e agora o que não é deles.

*Risos.*

Destroem o que lhes pertence e o que não lhes pertence.

Que pretendem, afinal?

Governar? Claro que não, já que invalidaram o seu próprio Governo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Governar com o PSD? Também não, já que recusaram as nossas propostas.

O que é que faz então correr as direcções do PS e do CDS? É um enigma a que talvez nem os próprios saibam responder.

*Risos.*

Mas os Portugueses esses não entendem.

Não percebem como é que se pode neste momento actuar contra o Presidente da República.

Não percebem o que pode eventualmente ser uma ânsia desmedida de poder quando, ao fim e ao cabo, o possuíram não o exerceram convenientemente.

O povo português começa a estar farto e cansado de jogos, de manobras, de confusões.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Isso é verdade!

**O Orador:** — A sua confirmação ajuda!

*Aplausos do PSD.*

O povo português não é conservador. Não quer uma ditadura nem um passado arcaico. Quer reformas sérias e profundas. Quer modernidade, mas também quer tranquilidade, segurança, bom senso e competência.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não deseja que se lhe vendam ilusões, quer é saber qual o futuro. Não quer más vãs promessas, quer apenas que se cumpra o que lhe foi prometido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consciente da gravidade do momento que o País atravessa, e no interesse da consolidação da democracia e da estabilida-

de nacional, o PSD votou contra a moção que visava derrubar, e derrubou, o Governo. Não é o nosso Governo. O seu Programa não é o ideal. Não o estamos a apoiar, estamos, sim, a votar contra o seu derrube, pois não haveria outra solução para o imediato.

*Risos.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Verifico que a gravidade da situação económica, política e social é considerada pelas bancadas . . .

**O Sr. Presidente:** — Atenção, Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** — . . . pelas bancadas do Partido Comunista e do CDS como uma situação . . .

*Protestos do PS e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Suponho que ouviu o que eu disse.

**O Orador:** — Peço desculpa, Sr. Presidente . . .

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de concluir.

**O Orador:** — O País não pode ficar à espera. O derrube deste Governo é, ao fim e ao cabo, o fomento dos sonhos do extremismo que dele pode aproveitar. A instabilidade, a indefinição, a não governação contribui para o espírito do quanto pior melhor. Não é essa a nossa política e não estamos, pois, com quem a defende. Todavia, parece ser essa a política dos proprietários do aparelho de Estado.

Não estamos contra quem derrubou este Governo. Estamos, sim, com o povo português, que o mesmo é dizer com o seu desejo de democracia, paz, tranquilidade, mais bem-estar, bom senso e futuro. Estamos com o futuro.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Este Governo não foi derrubado, contrariamente às afirmações repetidas que aqui se têm feito. Não foi investido pela Assembleia da República.

Nós vivemos em democracia, esta Assembleia não é a Assembleia Nacional, é a Assembleia da República, funciona de acordo com a Constituição, apesar das críticas, das reservas e das modificações espinhosas e convulsivas que certos elementos lhe queiram introduzir, e, segundo a Constituição, um Governo só se pode considerar constitucionalmente instalado desde o momento em que recebe duas investiduras: uma pelo Sr. Presidente da República e outra pela Assembleia da República.

Esta faculdade constitucional de a Assembleia da República investir ou não investir um governo que aqui se apresente é uma faculdade democrática que compete a esta Assembleia. O seu exercício é um acto normal de democracia e, democraticamente, tem de ser encarado e considerado como tal.

As concepções catastróficas da democracia e do exercício dos direitos da democracia só podem de-

nunciar um estado de espírito de um desejo subconsciente de que realmente a democracia soçobre numa catástrofe. Mas ela não soçobrará nessa catástrofe. Isso apenas poderá acontecer a partir do momento em que não haja coragem cívica, em que para se exercer os direitos democráticos se comece a ter medo que algo possa acontecer. A coragem cívica é a primeira condição para que exista a democracia.

*Aplausos do PS.*

As razões da nossa votação estão patentes nos fundamentos constantes da nossa própria moção e, portanto, não me vou alongar em repetir ou em desenvolver essa fundamentação.

Mas convirá acrescentar, ao fim deste debate, que ainda neste momento nós não conseguimos compreender qual é a natureza concreta deste Governo. Já tive ocasião de salientar que, quanto à sua composição, digamos, subjectiva, é evidente que nele se entrosa uma aliança entre a Intersindical e a CAP. Esse, aliás, foi um facto aqui patente, pois o PPD estava encantado com a componente CAP, facto que ao PCP não agradava, e vice-versa, quanto à sua componente Intersindical.

Era um Governo que não tinha condições de viabilidade. Mesmo que recebesse a investidura do Parlamento, soçobraria em face das suas condições internas. Mas, como é óbvio, a Assembleia da República não é a Câmara Corporativa e, portanto, não tem de se pronunciar sobre as alianças que as confederações corporativas e unicitárias possam fazer entre si extraparlamentarmente.

*Aplausos do PS.*

Se atentarmos na sua repercussão neste Parlamento, verificamos apenas que o PPD/PSD, a partir de uma atitude de reserva inicial, passou a uma outra atitude, ou seja, de apoio mais entusiástico, embora com bastantes reservas, naquele seu estilo de coerência ou de incoerência que lhe é próprio — deixo a qualificação final. Portanto, quanto ao apoio parlamentar, verifica-se que o Governo tem o apoio de um só partido, ou seja, sob este ponto de vista, é um Governo PPD encapotado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não vemos qualquer razão para que o Partido Socialista tivesse de apoiar um Governo destes, quer se atendesse às suas componentes corporativas, quer se atendesse ao seu apoio político dentro desta Assembleia.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Naturalmente que este Governo não foi investido, o que está longe de ser uma tragédia nacional. É que, se esta Assembleia e os partidos que nela estão integrados sentissem medo ou temor reverencial pelo exercício dos direitos que lhe pertencem — e cremos que esse medo ou esse temor reverencial não honraria qualquer pessoa ou entidade que pudesse entender que o poderia suscitar —, o Sr. Presidente da República é um democrata e, evi-

dentemente, quer que esta República seja uma República de cidadãos e não uma República de súbditos.

*Aplausos do PS.*

Sempre fomos cidadãos e continuaremos a sê-lo, mesmo quando o PPD for Governo, se porventura o vier a ser.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto às alternativas, recordo as palavras do Sr. Presidente da República numa das suas mensagens. Em democracia há sempre alternativas, portanto surgem sempre alternativas em democracia. O princípio da democracia é que a democracia encontra sempre em si a solução para os seus problemas, mesmo contra aqueles que não desejam que esses problemas sejam resolvidos. Portanto, a alternativa será encontrada. A serenidade e o civismo dos Portugueses demonstrarão que esta não investidura parlamentar do Governo foi um mero incidente e não um acidente. Em democracia, onde não há incidentes não há nem existe democracia.

Nós vivemos em democracia, exercemos um direito democrático e o Governo que aqui se apresentou não desejará com certeza ser investido antidemocraticamente, ou seja, por Deputados que não fossem cidadãos e que não votassem em sua consciência.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, acabámos a nossa maratona.

Queria dizer à Assembleia que vou promover a convocação da Comissão Permanente, possivelmente para segunda ou terça-feira, embora eu não esteja presente, para podermos tomar o ponto da situação, uma vez que há assuntos pendentes, como seja o problema da Lei Eleitoral, que está na respectiva Comissão, e outros ainda.

Quero agradecer à Assembleia a forma correcta como permitiu ao Presidente fazer o seu trabalho — nem sempre se pode ser bom Presidente, o Presidente, infelizmente é um homem vulgaríssimo e susceptível de todos os erros. Queria agradecer a vossa colaboração e dizer-vos uma palavra de esperança, porque isto, como disse o Dr. Salgado Zerna, é um pequeno incidente no percurso da nossa vida democrática. Recordo-me, por exemplo, que a França esteve uma vez seis meses sem Governo e nem por isso deixou de ser a França que é. Vamos todos partir daqui, uns vencidos, outros vencedores, com a mesma consciência democrática com que nos encontramos.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Dá-me licença, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, creio que terá havido um equívoco.

Não é necessário convocar a Comissão Permanente, já que a sessão suplementar continua, nos termos da própria deliberação que a convocou. O que

será necessário convocar é a conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Peço desculpa, mas o problema é susceptível de todos os esclarecimentos. Esta sessão suplementar devia-se prolongar até amanhã. Contudo, não é necessário, uma vez que já acabámos a discussão do Programa do Governo.

Suponho que não haverá problema em trocarmos impressões sobre a possibilidade da marcação de uma nova sessão antes de 2 de Outubro, uma vez que nessa data temos a discussão da Lei das Finanças Locais.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Queria, em primeiro lugar, dar um esclarecimento.

O Grupo Parlamentar do PCP propôs ao Sr. Presidente da Assembleia da República que fosse convocada uma reunião da Comissão Permanente. A razão é esta: é que, existindo entre os grupos parlamentares dúvidas sobre o prosseguimento da sessão suplementar, uma vez que na deliberação da Comissão Permanente se fala no seu termo a 15 de Setembro, entendemos, para podermos aprovar em tempo útil a Lei Eleitoral, que o melhor será, para que não subsistam dúvidas, que a Comissão Permanente se reúna e convoque uma nova sessão suplementar. A nossa proposta é que a reunião da Comissão Permanente tenha lugar na segunda-feira, às 15 horas.

**O Sr. Presidente:** — Vou fazer o possível para que seja na segunda-feira, às 15 horas — não posso garantir, mas vou fazer todos os esforços nesse sentido.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 24 horas.*

#### Declaração de voto

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos a favor da moção de rejeição do Partido Socialista, contra o Gabinete Eanes/Nobre da Costa, fiéis às aspirações e à vontade mais profunda do povo trabalhador, fiéis à defesa das liberdades, da democracia e do socialismo.

Votámos a favor da moção de rejeição do Partido Socialista contra o golpe antidemocrático do general Ramalho Eanes, golpe cujo objectivo visava fazer desta Assembleia uma sombra da Presidência da República, rasgando os votos do povo, rasgando os votos dos socialistas.

Votámos com o povo trabalhador, que já havia rejeitado o golpe antidemocrático do general Eanes e este gabinete, que quer um governo socialista para aplicar uma política socialista, que quer um Presidente da República socialista.

Os Deputados Independentes: Aires Rodrigues — Carmelinda Pereira.

**Rectificação ao «Diário»**

**Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Assembleia da República:**

Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne ordenar que a expressão do signatário, inserta na sua intervenção para apresentação de um voto de protesto, constante no *Diário da Assembleia da República*, n.º 89, 1.ª série, de 16 de Junho do corrente ano, «... — e infelizmente não só nós, mas muitos antifascistas, muitos órgãos de comunicação social — ...», seja substituída por «... — e felizmente, não só nós, mas muitos antifascistas, muitos órgãos de comunicação social — ...».

Grato pela atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, subscrovo-me com o habitual respeito e consideração.

O Deputado do PCP, *Severiano Pedro Falcão*.

**Deputados que entraram durante a sessão:**

Partido Socialista (PS)

Aquilino Ribeiro Machado.

José Ferreira Dionísio.

Luís Abílio da Conceição Cacito.

Partido Social-Democrata (PSD)

Jorge de Figueiredo Dias.

José António Nunes Furtado Fernandes.

José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.

**Independentes**

António Poppe Lopes Cardoso.  
Carlos Galvão de Melo.  
Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

**Deputados que faltaram à sessão:**

Partido Socialista (PS)

Francisco Igrejas Caeiro.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
José Theodoro de Jesus da Silva.  
Mário Fernando de Campos Pinto.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Francisco António Lucas Pires.  
João Gomes de Abreu de Lima.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto*.

PREÇO DESTE NÚMERO 23\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA